



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quarta Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 20 E 21 DE JUNHO DE 2006.

Aos vinte e vinte um dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, respectivamente, para apreciação das matérias constantes das Pautas n^{os} 13, 14 e 15/2006. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Amauri Gasques, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado - Presidente, Gonzaga Patriota, Herculano Anghinetti, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Rocha, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Manato, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Osvaldo Reis, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Roberto Balestra, Rogério Teófilo, Sérgio Miranda e Vignatti, Zé Gerardo - **Senadores titulares:** Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Luiz Otavio, Romero Jucá, Romeu Tuma, Serys Shessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; - **Deputados suplentes:** Anibal Gomes, Benedito de Lira, Carlos Abicalil, Colbert Martins, Coronel Alves, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Valverde, Iriny Lopes, Jackson Barreto, João Grandão, Jorge Alberto, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Ortiz, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Ricarte de Freitas, Roberto Gouveia, Terezinha Fernandes, Waldemir Moka e Wellington Fagundes; - **Senadores suplentes:** Aelton Freitas, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, João Alberto Souza, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alberto Fraga e João Tota e o Senador Eduardo Suplicy. Foi registrada a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Alberto Goldman, Alvaro Dias, Benjamin Maranhão, Carlos Melles, Daniel Almeida, Eunício Oliveira, Helenildo Ribeiro, Hermes Parcianello, José Priante, Josué Bengtson, Maninha, Marcello Siqueira, Pauderney Avelino, Paulo Pimenta, Ronaldo Dimas, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zequinha Marinho e - **Senadores titulares:** Efraim Morais, Gilvam Borges, Heloísa Helena, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio e Sérgio Guerra. Registrou-se a justificativa de ausência do Deputado Jovair Arantes. **ABERTURA:** havendo número regimental em conformidade com o estabelecido no *art. 12 do Regimento Comum*, às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte de junho, o Presidente, Deputado Gilmar Machado, declarou iniciada a reunião. Em seguida, informou que o *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados ainda não havia sido atingido. Antes de suspender, convocou reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para imediatamente após a interrupção dos trabalhos, e a continuação da reunião deliberativa para as quinze horas e trinta minutos daquela data. Em seguida, a reunião foi suspensa. Às quinze horas e vinte e três do mesmo dia, o Presidente deu continuidade à reunião e informou que o *quorum* para deliberação nas duas Casas havia sido atingido. Apreciação das **Atas** das seguintes reuniões: Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 7, 8, 9, 14, 16, 21, 23, 28, 29 e em 30 de março e em 4 de abril de 2006; Segunda Reunião Ordinária, realizada em 03 e 04 de maio de 2006; Terceira Reunião Ordinária, realizada em 17 e 18 de maio de 2006; Quarta Reunião Ordinária, realizada em 24 e 25 de maio de 2006; Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 18 e 20 de abril de 2006; Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2006; Reunião



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão, realizada em 18 de abril de 2006; Primeira Reunião de Audiência Pública, realizada em 04 de maio de 2006; Segunda Reunião de Audiência Pública, realizada em 11 de maio de 2006; Terceira Reunião de Audiência Pública, realizada em 16 de maio de 2006; Quarta Reunião de Audiência Pública, realizada em 25 de maio de 2006; e Quinta Reunião Ordinária, realizada em 7 de junho de 2006. Foi dispensa a leitura das Atas por terem sido distribuídas previamente. O Presidente declarou-as **aprovadas**, conforme o estabelecido na *álnea "f" do art. 8º do Regulamento Interno* da Comissão. **EXPEDIENTE:** o Senador Romero Jucá fez a leitura do expediente. **I)** Correspondência recebida interna: **1)** Ofício nº 31, de 7 de junho, do Deputado Givaldo Carimbão, solicitando alteração de município beneficiado em emenda individual. Tendo em vista o recebimento de vários expedientes solicitando alteração no texto de emendas aprovadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2006, foi lido o estabelecido no *art. 44 da Resolução nº 01/2001-CN, alterada pelas Resoluções 01, 02, 03/2003-CN e Ofício-CN 824/2004*: "O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvados os casos de erros materiais verificados exclusivamente no processamento das proposições apresentadas e formalmente autorizados pelo Plenário do Congresso, por proposta da relatoria do projeto de lei, justificando-se cada caso". Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão: justificativas indeferidas: **1)** Ofício nº 58, de 8 de junho, do Deputado Júlio Cesar. Ausência no dia 7 de junho de 2006. **2)** Ofício nº 219, de 7 de junho, do Deputado Marcello Siqueira. Ausência no dia 7 de junho de 2006. **3)** Ofício nº 827, de 7 de junho, do Deputado Osvaldo Reis. Ausência nos dias 8 e 9 de junho de 2006. **4)** Ofício nº 250, de 8 de junho, do Deputado Milton Monti. Ausência nos dias 7 de junho de 2006. **5)** Ofício nº 121, de 14 de junho, do Senador Romero Jucá. Ausência nos dias 11, 25 e 27 de abril e nos dias 4, 16, 24 e 25 de maio de 2006. Justificativas deferidas: **1)** Ofício nº 61, de 8 de junho, do gabinete do Deputado Francisco Dornelles. Ausência nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 2006. **2)** Ofício nº 191, de 7 de junho, do gabinete do Deputado Roberto Balestra. Ausência por 7 dias a partir do dia 5 de junho de 2006. **3)** Ofício nº 185, de 9 de maio, do gabinete do Senador Flexa Ribeiro. Ausência no dia 11 de maio de 2006. **4)** Cópia do Requerimento nº 316, de 25 de maio, do gabinete do Senador Valdir Raupp. Ausência no dia 25 de maio de 2006. **5)** Ofício nº 61, de 8 de junho, do gabinete do Deputado Francisco Dornelles. Ausência nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 2006. **6)** Ofício nº 207, de 25 de maio, do Senador Augusto Botelho. Ausência no período de 29 de maio a 5 de junho de 2006. **7)** Ofícios nºs 366 e 371, de 30 de maio e 6 de junho, respectivamente, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti. Ausência nos dias 30 e 31 de maio e de 6 a 9 de junho de 2006. **8)** Ofício nº 111, de 20 de junho, do gabinete do Deputado Herculanô Anghinetti. Ausência no dia 20 de junho de 2006. - Ofício nº 234, de 9 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura do prazo, por 5 dias úteis a partir desta data, para interposição de recurso, aos seguintes projetos de decreto legislativo: Projetos de Decreto Legislativo nºs 06 e 07 de 2006-CN, Pareceres n.ºs 29 e 30 de 2006-CN (relativos, respectivamente, aos Avisos n.ºs 45 de 2005-CN - Obras de Implantação de Centro de Pesquisas em Aqüicultura no Estado da Bahia; e nº 57 de 2005-CN - Ampliação e recuperação das instalações do Porto de Vitória - no Estado do Espírito Santo. **II)** Correspondência recebida externa: **1)** Ofício nº 109, de 6 de junho, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, FASUBRA, solicitando acolhimentos das emendas subscritas pela Deputada Fátima Bezerra ao PLOA/2007. **2)** Ofício nº 11-SGS-TCU-Plenário, de 7 de junho, da Secretária do Plenário, Marcia Paula Sartori, encaminhando versão correta do Voto referente ao Acórdão 814/2006-TCU. - Relatórios de Gestão Fiscal encaminhados à Comissão em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e **2)** Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. - Avisos-SGS-TCU encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta: **1)** Aviso nº 801/2006 de 14 de junho: Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2005. Avisos de 7 de junho: **1)** Aviso nº 924/2006 (Acórdão nº 859/2006): Construção na Barragem de Poço Verde/SE. **2)** Aviso nº 927/2006 (Acórdão nº 866/2006): Conservação



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado do Espírito Santo. **3)** Aviso nº 931/2006 (Acórdão nº 854/2006): Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino Nacional - Petrobras. **4)** Aviso nº 940/2006 (Acórdão nº 867/2006): Melhoria da infraestrutura do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. **5)** Aviso nº 945/2006 (Acórdão nº 862/2006): Serviços de recuperação emergencial em pontos localizados na Rodovia BR 101/SP, trecho Divisa RJ/SP – Divisa SP/PR. - Avisos/SGS do Tribunal de Contas da União encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional): **1)** Aviso nº 928/2006, de 7/6/2006 (Acórdão 865/2006): construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais. **ORDEM DO DIA.** PAUTA 13/2006. **Item 01 - Projeto de Lei nº 02/2006-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências”. Relator: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 2.321 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. O Presidente informou que os pontos relevantes do Relatório haviam sido apresentados na reunião do dia sete de junho e, em seguida, declarou iniciada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. O Deputado Eduardo Valverde foi o primeiro debatedor da matéria. Em seguida, o relator respondeu aos questionamentos levantados. O Presidente informou que os trabalhos seriam suspensos e que convocaria reuniões deliberativas a serem realizadas no dia subsequente, às dez e às quatorze horas e trinta minutos. Os trabalhos foram interrompidos às quinze horas e trinta e três minutos. Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e um de junho do mesmo ano, o Presidente reabriu a reunião. Tendo em vista a ausência do relator e a falta de acordo para apreciação da matéria, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para as quatorze horas e trinta minutos daquele dia. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos da mesma data, o Presidente reabriu a reunião. A Deputada Laura Carneiro usou da palavra para explicar o motivo pelo qual não pôde estar presente na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão realizada naquela manhã. Em seguida, informou que não havia número regimental no recinto para dar continuidade à reunião. O Presidente informou que a discussão da matéria havia sido iniciada e, devido aos jogos do Brasil na Copa do Mundo marcados para os dias vinte e dois e vinte e sete de junho, havia pouco tempo disponível para apreciação da matéria. A Deputada Laura Carneiro fez encaminhamento no sentido de dar continuidade à discussão sem, todavia, encerrá-la e votar o Relatório na semana subsequente. O Deputado Pedro Novais manifestou-se pela votação da matéria naquela data. O Deputado José Carlos Machado informou que havia pendências a serem resolvidas. O Deputado Jorge Bittar solicitou a suspensão dos trabalhos para fazer reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com o relator. Fazendo uso da palavra, o relator informou que havia entregue o Relatório no dia primeiro de junho e que houve entendimentos para que a matéria fosse votada naquele dia. A seguir, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou reunião com o Colegiado de Líderes para imediatamente após a suspensão. A continuidade da reunião foi convocada para as dezesseis horas daquele dia e suspensos os trabalhos às quinze horas e vinte e um minutos. Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, a reunião foi reiniciada. A Deputada Laura Carneiro retirou os seguintes destaques de sua autoria: 250, 251, 253 a 258, 260, 261, 264, 266 a 270. Mencionou, ainda, os destaques dos Deputados José Carlos Machado e Luiz Carneira. O Presidente informou que estava sendo elaborado o Adendo 2 ao Relatório. Nesse momento, tendo em vista a realização da ordem do dia no plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente suspendeu a reunião e convocou a continuação para quinze minutos após o encerramento da ordem do dia. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente deu continuidade ao debate do Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007. Discutiram a matéria os Deputados Sérgio Miranda, Laura Carneiro, Pedro Novais, Paulo Rubem Santiago e Bismarck Maia. O relator respondeu aos debatedores e informou que o Adendo 2 seria distribuído no recinto. A seguir, apresentou voto contrário a todos os destaques apresentados. O Deputado Eduardo Sciarra



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

teceu considerações sobre os destaques 24 a 27. Discutiram, ainda, os Deputados Paes Landim e a Professora Raquel Teixeira. Às dezoito horas e vinte e três minutos, o Presidente encerrou o debate e o prazo para apresentação de destaques. A seguir, conforme indicação do relator, o Presidente declarou **prejudicadas**, conforme indicação do relator, as seguintes emendas ao texto: 1954.0010, do Deputado Enio Tatico; 1580.0002, do Deputado Jamil Murad; 2021.0020, da Senadora Lúcia Vânia; e 1617.0013, da Deputada Socorro Gomes. Em votação, o Relatório, com as alterações decorrentes da ERRATA 1 e dos ADENDOS 1 e 2, foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente solicitou autorização do Plenário para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator. O Deputado Eduardo Sciarra manifestou-se contra. A Deputada Laura Carneiro retirou os destaques 252, 259, 262, 263 e 265, de sua autoria. O Deputado Eduardo Valverde informou que proferiria voto de abstenção na votação dos destaques. O Deputado Sérgio Miranda discutiu, ainda, com o relator a respeito da matéria. O Deputado Paulo Rubem Santiago solicitou a votação separadamente dos destaques de sua autoria cujos números são 132, 134, 137 a 138 e 141 a 145 e o Deputado Eduardo Sciarra os de números 25 e 26. Novamente, o Presidente solicitou autorização do Plenário para fazer a votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do relator, ressalvados os de números 25, 26, 132, 134, 137 a 138 e 141 a 145, 246, 370 e 373. Em votação, a proposta foi **aprovada** com abstenção do Deputado Eduardo Valverde na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. - **Apreciação dos destaques:**

1) Destaques 25 e 26, do Deputado Eduardo Sciarra. O autor fez a apresentação e o relator deu voto contrário. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados**, contra o voto do Deputado Eduardo Sciarra na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados no Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **2)** Destaques 132, 134, 137 a 139, 141 a 145, do Deputado Paulo Rubem Santiago. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados**, contra o voto do Deputado Paulo Rubem Santiago e abstenção das Deputadas Laura Carneiro e Iriny Lopes na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados no Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **3)** Destaque 246, da Deputada Laura Carneiro. A autora fez a apresentação do destaque e o relator proferiu voto contra. Em votação o destaque foi **rejeitado** contra os votos das Deputadas Laura Carneiro e Iriny Lopes na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado no Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **4)** Destaque 370, do Deputado Sérgio Miranda. O autor fez a apresentação do destaque e o relator proferiu voto contra. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda e Laura Carneiro e abstenção da Deputada Iriny Lopes na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado no Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **5)** Destaque 373, do Senador Augusto Botelho, pela supressão do § 2º do art. 94. O autor fez a apresentação do destaque e o relator proferiu voto contra. Discutiram o assunto a Deputada Laura Carneiro e os Deputados Jorge Bittar e Eduardo Valverde. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, contra o voto do Deputado Sérgio Miranda. Ao ser anunciado o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Sérgio Miranda pediu verificação de votação, com o apoio dos Deputados Claudio Cajado e Laura Carneiro, conforme estabelecido no § único do art. 39 da Resolução nº1/2001-CN, alterada pelas 1, 2 e 3/2003-CN e Ofício nº 824/2004-CN. Antes de ser feita a chamada, os trabalhos foram suspensos às dezenove horas e dezesseis minutos e reabertos às dezenove horas e quarenta e cinco minutos do mesmo dia. Reiniciada a reunião, o relator fez uso da palavra para informar que havia alterado o seu voto ao destaque, manifestando-se pelo seu acolhimento. Em seguida, o Deputado Sérgio Miranda retirou o pedido de verificação de votação na representação da Câmara dos Deputados. O Presidente informou que faria nova votação do destaque, tendo em vista a mudança do voto do relator. Discutiram o novo posicionamento do relator os Deputados Colbert Martins, Laura Carneiro, Júlio Semeghini, Jorge Bittar, Paulo Rubem Santiago e Claudio Cajado. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6)**



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Não há número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados.

Suspendo esta reunião e convoco outra para as 15h30min de hoje.

Convoco os Líderes para se dirigirem à sala da Presidência, a fim de que possamos fazer os entendimentos para votação, hoje e amanhã, da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 13, 14 e 15, de 2006.

Apreciação das atas das seguintes reuniões:

Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 7, 8, 9, 14, 16, 21, 23, 28, 29 e 30 de março e em 4 de abril de 2006.

Segunda Reunião Ordinária, realizada em 3 e 4 de maio de 2006.

Terceira Reunião Ordinária, realizada em 17 e 18 de maio de 2006.

Quarta Reunião Ordinária, realizada em 24 e 25 de maio de 2006.

Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 18 e 20 de abril de 2006.

Terceira Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2006.

Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão, realizada em 18 de abril de 2006.

Primeira Reunião de Audiência pública, realizada em 4 de maio de 2006.

Segunda Reunião de Audiência Pública, realizada em 11 de maio de 2006.

Terceira Reunião de Audiência Pública, realizada em 16 de maio de 2006.

Quarta Reunião de Audiência Pública, realizada em 25 de maio de 2006.

Quinta Reunião de Audiência Pública, realizada em 7 de junho de 2006.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro as atas aprovadas.

Conforme ficou acordado ainda há pouco na reunião do Colégio de Líderes, nós vamos entrar na ordem do dia. Faremos só a leitura do expediente, e o Deputado Eduardo Valverde vai iniciar a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Vamos suspender a discussão para receber os destaques. Amanhã retornaremos, já com o entendimento do Senador, inclusive com algumas propostas apresentadas pelo PSDB, em relação não só à Lei Kandir, mas também a outros itens. Trabalharemos nisso até amanhã.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Expediente.

I - Correspondência recebida interna:

1 - Ofício nº 31.

Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão:

Justificativas indeferidas:

1 - Ofício nº 58.

2 - Ofício nº 219.

3 - Ofício nº 827.

4 - Ofício nº 250.

5 - Ofício nº 121.

Justificativas deferidas:

1 - Ofício nº 61.

2 - Ofício nº 191.

3 - Ofício nº 185.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- 4 - Cópia do Requerimento nº 316.
- 5 - Ofício nº 61.
- 6 - Ofício nº 207.
- 7 - Ofícios nºs 366 e 371.
- 8 - Ofício nº 111.

Ofício nº 234, de 9 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura do prazo, por 5 dias úteis a partir desta data, para interposição de recurso, aos seguintes projetos de decreto legislativo:

Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7; Pareceres nºs 29 e 30, relativos, respectivamente, aos Avisos nºs 45 e 57, que dizem respeito também à ampliação e recuperação das instalações do Porto de Vitória, no Espírito Santo.

II - Correspondência recebida externa:

- 1 - Ofício nº 109.
- 2 - Ofício nº 11 - SGS-TCU-Plenário.

Relatórios de Gestão Fiscal encaminhados à Comissão em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal:

- 1 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- 2 - Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

Avisos-SGS-TCU encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta:

1 - Aviso nº 801/2006: Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2005.

Avisos de 7 de junho:

- 1 - Aviso nº 924/2006 (Acórdão nº 859/2006): Construção na Barragem de Poço Verde.
- 2 - Aviso nº 927: Conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Espírito Santo.
- 3 - Aviso nº 931: Manutenção da infra-estrutura operacional do Parque de Refino Nacional — PETROBRAS.
- 4 - Aviso nº 940: Melhoria da infra-estrutura do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.
- 5 - Aviso nº 945: Serviços de recuperação emergencial em pontos localizados na Rodovia BR-101.

Avisos/SGS do Tribunal de Contas da União encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de AVN (Aviso do Congresso Nacional):

- 1 - Aviso nº 928: construção da Barragem Berizal, no Estado de Minas Gerais.

Esse é o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem início a discussão. O prazo para apresentação de destaques será encerrado ao término do debate.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, caro Relator, sei que é uma tarefa complexa aprovar nesta Casa a LDO, a lei que vai reger posteriormente a própria Lei Orçamentária e as principais linhas de ação de investimento do Governo.

Passando os olhos rapidamente no relatório apresentado, com voto parcial, notei que algumas emendas foram apresentadas na LDO, principalmente no tocante às populações indígenas, às políticas. Este ano houve no Brasil a I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, e diversas ações de política indigenista foram aprovadas. Evidentemente que caberá ao Orçamento abrigar essas ações.

No trabalho de acompanhar e emendar o projeto de lei, apresentei várias emendas nesse tocante. Elas tão-somente reproduzem a discussão que houve na I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, no tocante ao etnodesenvolvimento, à carreira indigenista que perpassa a FUNAI e outros Ministérios, a aporte de recursos para a continuidade do processo demarcatório das áreas em que ainda está pendente de pesquisa antropológica etc.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Uma outra questão, também fruto da própria Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, diz respeito às populações quilombolas. Em algumas regiões do Brasil, há dificuldades de demarcação das áreas quilombolas, em face da pouca dotação orçamentária existente para fazer desapropriação delas e investimento na área social. Essas populações, durante séculos, aguardaram a possibilidade de se tornarem cidadãos.

Então, faço essas pequenas observações, apesar de entender que o relatório está bom, correto e atende àquilo que precisamos para que haja equilíbrio fiscal, funcionamento regular do Governo, ampliação dos recursos para investimento na área social. É esse o reparo que faço. No momento devido, vamos apresentar os destaques.

Gostariamos também de fazer referência a uma outra emenda apresentada, em relação ao Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Está prevista essa grande obra estruturante na região amazônica. Foi feita uma emenda, alocando recurso, em rubrica prevista no Orçamento, para criação de infra-estrutura, a fim de que, no processo de concorrência nacional, a partir de 2007, tenham início as obras do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira.

Então, faço essas 3 observações. No momento devido faremos o devido destaque.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Valverde fez comentários importantes sobre a questão da LDO. Nós temos todo interesse em discutir de que forma podemos melhorar a atuação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução do orçamento, no tocante à questão indígena e também à dos quilombolas.

Tivemos o cuidado de não colocar ações específicas na LDO. Nós só reforçamos e ampliamos as linhas de políticas, as grandes linhas. Havia muitas emendas que representavam uma atividade específica, uma obra específica, uma ação específica. Isso, na verdade, termina fugindo do espírito da LDO.

Solicito a V.Exa. que apresente os destaques. Vamos analisá-los com todo carinho para ver de que forma poderemos agregar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - As inscrições para o debate continuam abertas, bem como o prazo para a apresentação de destaques.

Nós vamos suspender a reunião e a discussão.

Convoco V.Exas. para reunião amanhã, às 10h e às 14h30min, para continuarmos a discussão e examinarmos os destaques. Os prazos para apresentação dos destaques estão abertos.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro reiniciada a 4ª reunião extraordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das pautas nºs 13, 14 e 15, de 2006.

Vou suspender a reunião, em virtude de o Relator encontrar-se realizando atividade no Senado. Sem a presença de S.Exa., evidentemente não temos como fazer o debate e a discussão, além de outros entendimentos estarem ocorrendo.

Então, marcamos outra reunião para as 14h30m.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 13, 14 e 15, de 2006.

Pauta nº 13.

Ordem do Dia.

Estamos no processo de discussão iniciado no dia de ontem, do Projeto de Lei nº 02, de 2006, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007, e dá outras providências.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O primeiro orador foi o Deputado Eduardo Valverde.

Antes de conceder a palavra à Deputada Laura Carneiro, informo que as inscrições estão com a Mirna, na assessoria. Desta forma, os Parlamentares que desejarem debater a matéria deverão se inscrever.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, que disporá de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, não me inscrevi para discutir a matéria, mas sim para dizer a V.Exa., em nome do PFL, que hoje pela manhã tivemos uma primeira reunião, em que o Relator ainda não estava presente. Com a sua chegada, pedi que a assessoria do Relator pudesse trabalhar com a assessoria do PFL, no sentido de verificar alguns pontos importantes para a nossa bancada. São destaques feitos por mim, em nome do PFL, destaques do Deputado Eduardo Sciarra, destaques do Deputado José Carlos Machado e de outros Deputados da nossa bancada.

Sr. Presidente, expliquei que estava indo à Convenção Nacional do PFL, que se realizaria até as 13h, como aconteceu. Infelizmente, V.Exa. marcou para o mesmo horário uma reunião de Líderes, sem conseguir nos avisar. Não sei qual foi o resultado da reunião de Líderes.

O que posso dizer a V.Exa. é que é absolutamente evidente a falta de *quorum*, como também é evidente a necessidade de votação da LDO. Tendo conversado com o nobre Deputado do PDT, Sérgio Miranda, verificamos vários pontos no que diz respeito à saúde, ao não-contingenciamento da segurança pública, aos recursos para o pagamento de aposentados, assim por diante, alguns entraves que podem impedir a votação da matéria. Para que isso não ocorra, pediria a V.Exa. que encerrasse a sessão, na medida em que o Deputado Sérgio está apresentando neste momento os seus destaques. Portanto, se fecharmos o prazo de discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Mas estamos na fase de discussão ainda.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas se fecharmos o prazo de discussão, que poderia ser por um acordo, isso inviabilizará a possibilidade de apresentação de destaques, até destaques no sentido de fazer o acordo de votação da LDO. Queremos votar a LDO, até porque é uma peça absolutamente importante para esta Casa. Queremos garantir algumas questões básicas, além da questão da Lei Kandir, que o PSDB já teria acordado.

Dessa forma, a assessoria do PFL estaria à disposição da assessoria do Relator, a fim de verificarmos todos os destaques da nossa bancada e aí, sim, poderíamos fechar a discussão e entrar na votação dos destaques quase que imediatamente na próxima terça-feira, Sr. Presidente.

Dessa forma, requeiro a V.Exa. que encerremos a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Há pessoas inscritas para discutir. Não posso encerrar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. pode encerrar sim, porque V.Exa. não tem *quorum* nem para começar a piscar aqui dentro. V.Exa. tem 1, 2, 3, 4, 5, 6 Deputados apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Mas o *quorum*, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O *quorum* não dá para nada, nem para discutir. Dra. Mirna, estou, por acaso, equivocada no Regimento? Não há *quorum* de presença nem para continuar a ler. Então, V.Exa. não me ensine Regimento.

Portanto, peço a V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Eu estou trabalhando no entendimento que nós tivemos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Entendimento do qual o PFL não foi chamado a participar, porque foi num horário que não era o marcado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Quero reconhecer...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Às 10h, Sr. Relator, eu estava aqui para fazer o entendimento. Infelizmente, às 11h, não havia ninguém. Eu fui embora para a minha convenção. Fui chamada, durante a convenção, às 12h30. Portanto, não participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputada Laura Carneiro, deixe só eu fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, o que nós estamos fazendo aqui já é procedimento. Desde ontem, o que nós estamos fazendo aqui é um esforço. E, ontem...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nesse esforço concentrado, Sr. Presidente, V.Exa. tem toda a razão. E nós concordamos com ele. Apenas queremos que os destaques que o Deputado Sérgio Miranda, da maior importância, os destaques do PFL, também da maior importância, possam ser examinados pelas 2 assessorias e, se possível, acatados pelo Relator, para que possamos votar, como sempre fazemos nesta Casa, de forma acordada, a LDO do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito. É o que nós estamos exatamente tentando fazer. Desde ontem, nós queremos o quê? Que as pessoas, enquanto nós estamos fazendo a discussão, apresentem suas contribuições.

Ontem e hoje, por exemplo, o Deputado Sérgio Miranda participou das discussões aqui, como também o Deputado José Carlos Machado. Nós tivemos as contribuições, as colaborações que o PSDB apresentou com relação à Lei Kandir e também do PMDB, que apresentou igualmente as suas. E hoje nós já conseguimos resolver a maior parte delas. Ainda faltam algumas.

A proposta que nós estamos aqui apresentando é a mesma que nós já fizemos. Nós vamos discuti-la, porque há pessoas que querem discutir. E, enquanto estão discutindo, não podemos encerrar a discussão.

Enquanto isso, o Relator está com sua assessoria aqui exatamente à disposição, para fazer esses entendimentos.

É esse o pedido que eu gostaria de fazer, porque na próxima semana...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quantas pessoas estão inscritas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Quatro pessoas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quais são os Deputados inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem mais gente se inscrevendo agora. Está certo? E podem se inscrever durante todo o processo.

Então, é o pedido que nós estamos fazendo aqui, Deputada Laura Carneiro. Eu sei da questão regimental.

Estamos fazendo este apelo por vários motivos, entre eles o fato de amanhã haver jogo do Brasil, e na terça-feira também. E nós temos até dia 30.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que eu saiba, nós temos até dia 15. Porque não vai haver recesso antes disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Sim, mas regimental e constitucionalmente o que está estabelecido é isso.

O que nós estamos querendo aqui é, inclusive, beneficiar todos os Parlamentares. Porque, se nós formos para as nossas regiões, no início da campanha, sem cumprir o nosso papel, nós vamos ter muito mais desgaste. Então, nós estamos querendo, inclusive, uma contribuição para esta Comissão. Nós não queremos, na nossa região, ter que justificar o fato de estarmos lá fazendo campanhas sem termos cumprido o nosso papel.

Então, é o apelo que eu gostaria de fazer.

Nós ainda temos que analisar os destaques. Senão nós vamos ter que deixá-los para semana que vem.

É esse o apelo que eu estou querendo fazer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, então eu vou fazer o seguinte acordo com V.Exa., não em razão disso, mas em razão da necessidade de um acordo a ser feito entre a bancada do PDT, a bancada do PFL e o nobre Relator. V.Exa. continua a discussão, não a encerra, porque eventualmente, no acordo, pode ser necessário algum destaque.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O nobre Relator — não é aqui no meio da sessão — disponibiliza alguém da sua assessoria. O PFL vai disponibilizar também os seus assessores, para discutirmos os destaques apresentados pela nossa bancada, com as questões principais que foram levantadas ontem pelo Deputado José Carlos Machado, pelo Deputado Sérgio Miranda e por mim, no início desta sessão.

Refiro-me principalmente à questão da saúde, à necessidade de se acabar com essas emendas "globais", em que ninguém sabe para onde foi o dinheiro, essas emendas específicas. Além disso, não cabe mais esse discurso de que o PCC invadiu o País, que está todo o mundo desesperado, que não há um tostão para a segurança pública.

Então, vamos fazer alguns acordos em virtude deste País que nós tanto defendemos.

Sr. Presidente, é necessário que esses destaques sejam confirmados pelo Sr. Relator, sob pena de nós não conseguirmos votar a matéria até o dia 30.

Então, V.Exa. continua a discussão. Não a encerra. Fica assim o acordo: eu vou sair e vou me sentar lá com a assessoria do nosso Relator, para que nós possamos caminhar no sentido de um entendimento, para que, semana que vem — já que na terça há jogo —, na quarta-feira de manhã, possamos terminar a votação da LDO.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Nós não temos condições, Deputada Laura Carneiro. Porque, mesmo que eu faça o entendimento com V.Exa., os outros Parlamentares também têm os seus destaques, que eu não posso desconsiderar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas V.Exa. não vai encerrar. É isso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Sim, mas depois que eu encerrar a discussão, tenho de abrir o prazo para se fazer o relatório, distribuí-lo. Não vou passar por cima da questão regimental.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. está passando por cima, perdoe-me. Eu estou tentando achar uma solução. V.Exa. está me pedindo para usar o Regimento, e vejo que temos 7 Deputados e 1 Senador presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Estamos fazendo um debate.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Ninguém no Senado está pedindo verificação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Senador, existe um *quorum* mínimo para funcionamento dos trabalhos. Eu não quero usar o Regimento, mas se o Deputado Gilmar Machado está me dizendo que não pode fazer um acordo público...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputada Laura, o que eu não posso é fazer e depois dizer que os seus destaques, os do PFL... Eu não posso responder pelos outros partidos, eu não posso assumir esse compromisso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou pedindo esse compromisso de V.Exa., estou pedindo o compromisso regimental, ou seja, nós não encerramos a votação hoje. Se todos quiserem discutir hoje podem discutir. Quarta-feira encerraríamos a discussão e começaríamos a votação dos destaques. O Senador disponibilizaria alguém da sua assessoria, nós também, o PDT, o PSDB e os partidos de Oposição também. E aí, sim, nós poderíamos pensar em construir um acordo, em função dos destaques — todos nós, não só o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Só não posso assumir o compromisso de aceitar os destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. nem conhece os destaques.

Queremos encaminhar o trabalho e o acordo, para que possamos sentar com o Relator ou com a sua assessoria no sentido de aprovarmos os destaques, e trabalhar em cima dos destaques para aprovação.

Quero saber se tenho o aval de V.Exa. e se posso considerar que nós teremos até quarta-feira, sem encerramento do prazo de destaques, para nos sentarmos com a assessoria do Relator e tentar aduzir os temas.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Não teremos sessão na quarta-feira...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não!

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Com certeza! Como não, se vamos ter futebol na terça-feira e todos nós estaremos nos Estados cuidando do resto da convenção e dos interesses eleitorais? Por isso não teremos sessão na próxima semana. Ou nós liquidamos esse assunto esta semana, Deputada Laura Carneiro, e esse é o apelo que faço a V.Exa. e ao Deputado Machado, ou não teremos LDO; ou então, pior, vamos ter que voltar aqui até o dia 15 de julho. E o interesse dos nossos Estados? Oh, Deputada Laura Carneiro, humildemente peço que reconsidere. Eu faltei os últimos 15 dias às reuniões desta Comissão, pois estava cuidando dos meus interesses eleitorais. Fiz um sacrifício para estar aqui hoje nesta semana para votar. Se adiarem para a próxima semana não contem comigo, e provavelmente não teremos LDO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado José Carlos Machado, depois o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - Meu caro Presidente, V.Exa. tem de entender que o grande culpado por toda essa confusão talvez seja V.Exa. Foi mantida uma reunião hoje e V.Exa. sabia da impossibilidade de estarem presentes as Lideranças do PFL, pois no mesmo horário acontecia a convenção do Partido da Frente Liberal. A intenção da Deputada Laura Carneiro é colaborar, ela não está impondo. Eu recebi notícias, depois da reunião que aconteceu próximo ao meio dia, na sala de reuniões de comissão, que as colocações do PSDB foram feitas, algumas aceitas etc. etc. E nós, do PFL, temos algumas colocações a fazer, mas não tivemos a oportunidade de fazê-lo.

Ontem não o fizemos por quê? Ontem participamos de uma reunião. A maior questão é a Lei Kandir. Mas não é tão importante para o PFL. Esse é um assunto mais restrito ao PSDB. O Deputado Sérgio Miranda levantou algumas questões que para nós são fundamentais: saúde, já corrigiu; o art. 77, das obras não acabadas e das obras contratadas. Isso precisa ser melhor discutido, assim como algumas questões pertinentes a destaques dos Deputados do PFL.

Ora, está mais do que claro, e o Regimento nos permite pedir o encerramento da sessão, que queremos colaborar. Se há certeza de que quarta-feira não vai haver *quorum*, estamos também às vésperas do jogo do Brasil, e hoje há *quorum*. Então temos que ser inteligentes para encontrar uma fórmula para nos entender e votar a LDO. E a nossa intenção é exatamente essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, tenha certeza, V.Exa. é culpado por tentar fazer a Comissão funcionar e tentar votar a LDO. Mas veja bem — e eu ouvi com atenção todas as observações. Peço que a Deputada Laura Carneiro diminua um pouco a sua impaciência — houve uma reunião hoje pela manhã. Parlamentares do PFL dizem que estavam impedidos de participar dela em função da realização da sua convenção. Aliás, num horário impróprio, sobretudo quando há...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos regimentais, o encerramento desta sessão. Eu não vou admitir que venha um outro partido discutir o horário da minha convenção.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Calma!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está todo mundo maluco! Que falta de respeito é essa? Não vai discutir o horário da minha convenção, não. Na reunião das 10 horas estávamos aqui, mas não houve, porque só havia V.Exa. e mais ninguém.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputada Laura, calma!

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - A Deputada Laura Carneiro está nervosa. Eu estou com a palavra agora. V.Exa. não pode nem fazer uso da palavra.

Tenho grande apreço pela Deputada Laura Carneiro, ela sabe disso. A Deputada está exaltada.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há Parlamentares nesta Casa, Sr. Presidente, que se julgam no direito de criticar, mas não admitem ser criticados. Eu fiz uma crítica leve, suave, uma observação, considerei impróprio o horário, é uma opinião minha, pessoal que tenho todo o direito de manifestar, e que eu mantenho. Tenho respeito por seu partido, por V.Exa., mas discordo do fato de o seu partido ter marcado convenção neste momento. Essa é a minha opinião, eu tenho direito de externá-la, assim como a senhora tem o direito de criticar o Presidente por supostamente ter dificultado a participação de V.Exa. na reunião. Veja bem, não houve nenhuma provocação, não houve nada de incorreto no que disse, e continuo afirmando que tenho apreço por V.Exa.

Dito isso, quero propor o seguinte: se há intenção por parte dos Parlamentares do PFL de conversar, sugiro que nós acertemos a suspensão da sessão neste momento, que nos reunamos imediatamente com o Sr. Relator, Senador Romero Jucá, todos nós, para apreciar as proposições do PFL apresentadas na forma de destaque. Superado isso, voltemos a este plenário e que tenhamos a noite toda para apreciar essa matéria hoje.

Então, a minha proposição é que nós trabalhemos hoje, duramente, porque na semana que vem haverá jogo do Brasil e convenções estaduais, e há ainda o rescaldo das festas de São João, São Pedro, e as dificuldades de *quorum* serão muito maiores do que essas que já estamos tendo neste semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu queria fazer algumas colocações no sentido de ajudar a resolver essa questão.

Primeiro, quero dizer que desde o dia 1º de junho eu entreguei o relatório exatamente por conta de todas as complicações que sabemos que existiriam.

Não tenho me furtado a discutir nenhum assunto com nenhum Parlamentar ou partido. Hoje nós tivemos um entendimento com o PSDB, como poderíamos ter tido com o PFL. Estamos dispostos a ter um entendimento com o PFL. A idéia é construir um consenso. Mas as matérias que o PSDB está discutindo são matérias às quais o PFL e todos os outros partidos também são favoráveis. Existem matérias emblemáticas nesta Comissão.

Então, o Deputado Pedro Novais tem razão, na próxima terça-feira haverá jogo do Brasil. E quarta e quinta-feira serão as últimas datas para fazer convenções nos Estados, provavelmente a maioria dos Parlamentares não estará aqui. Vamos ter vencida a semana de 30 de junho e aí entraremos em julho.

Estou à disposição.

Quero sugerir ao PFL, dentro da mesma postura que teve o PSDB, que levante o que é emblemático, o que é importante, quais são as questões fundamentais, para que nos debrucemos para tentar fazer um entendimento e votar em bloco, dentro do entendimento construído. A nossa idéia é facilitar as questões.

A Deputada Laura Carneiro, com a experiência que tem e com a vivência que tem nesta Comissão pode encaminhar muito bem as questões principais para que tenhamos condições de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A proposta que queremos fazer, seguindo a orientação e a proposta do Deputado Jorge Bittar é que possamos suspender a sessão e nos reunirmos imediatamente na sala do Presidência. Voltaríamos às 16 horas para que possamos analisar as emendas junto com o Relator. A partir das 16h, vamos retomar os trabalhos até a hora que for necessário. Suspenderemos a reunião no horário regimental que o Plenário deliberar e assim concluiríamos as atividades.

Quero fazer esse apelo aos Srs. Parlamentares

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, deixe-me falar antes de encaminhar as providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Claro, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. não entendeu o encaminhamento que apresentei. Se tivesse entendido, não teria feito essa proposta, porque meu encaminhamento é melhor para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Não é, Deputada Laura Carneiro.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, deixe eu terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Meu encaminhamento foi o de V.Exa. ficar ouvindo as pessoas discutirem aqui, enquanto os membros do PFL e vários Deputados apresentassem emendas e destaques ao Sr. Relator. E só não fiz isso pela manhã, porque o Relator não estava. V.Exa. sabe disso. Se seguir a minha sugestão, V.Exa. não precisa suspender a sessão. Se quiser ganhar tempo, continue presidindo a sessão, encaminhando as discussões, e o nobre Relator ou a assessoria do Relator vai discutir conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputada Laura Carneiro, é melhor todos irmos lá, porque vamos resolver o problema, voltando para o acordo global, porque já existe esse entendimento. É melhor fazermos isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, entre os partidos da base já foi feito o entendimento; entre os partidos de Oposição, apenas o PSDB não decidiu por causa da Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputada Laura Carneiro, o PPS também...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pelo que sei, o PDT e o PFL ainda têm alguma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - O PPS também é da Oposição e participou da reunião.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, não estou dizendo que o PPS não estava. Estou falando do PDT e do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois é.

Então, podemos encaminhar dessa forma?

Deputado Sérgio Miranda, vamos suspender a reunião até às 16h e já convido, imediatamente, todos os partidos e todas as Lideranças para comparecerem à sala da Presidência da Comissão, para que possamos buscar o entendimento, a fim de tentarmos esgotar os debates hoje, para encerrarmos essa matéria.

A reunião está suspensa até às 16h.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro reiniciada a 4ª reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 13, 14 e 15, de 2006.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, pelo PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, em função da discussão realizada com o nobre Relator, quero fazer uma retirada dos Destaques nºs 251, 254, 257, 261, 264, 266, 269, porque as matérias, apesar de não estarem especificamente escritas como constam dos destaques, foram atendidas nos termos do substitutivo. E a retirada dos destaques, porque não ganhei na discussão, nºs 250, 253, 255, 256, 258, 260, 267, 268, 270.

Esses são os destaques retirados.

Ainda, Sr. Presidente, os destaques de nºs 350 e 351, do Deputado José Carlos Machado, tratavam de modificação do art. 77 da proposta. O artigo vai ficar assim redigido:

“Art. 77

IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável;

V - As despesas com obras e investimentos em andamento cujos contratos já tenham sido firmados e tenham ocorrido desembolso financeiro.”

Se não é o melhor, está dentro do acordo possível. Portanto, o Deputado Machado também vai retirar os Destaques nºs 350 e 351.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os destaques do Deputado Eduardo Sciarra e do Deputado Osvaldo Coelho, este especificamente quanto ao semi-árido, poderão ser encaminhados pelos autores, na hora da discussão dos destaques.

Portanto, ficaram para votação em separado, por parte do PFL, 2 destaques: um diz respeito à segurança pública.

Desculpe-me. Ressalto que o Deputado Luiz Carreira, para auxiliar o trabalho da Comissão, retirou seus 30 destaques à LDO.

Mantivemos o Destaque nº 246, que trata da necessidade de os recursos para contingência pública serem vinculados e não contingenciados. E ainda o Destaque nº 373, do Senador Augusto Botelho, que trata da inconstitucionalidade constante do art. 94, conforme nosso entendimento e o do Deputado Sérgio Miranda.

Esperamos, nesses 2 destaques, que o Sr. Relator, até a votação da matéria, possa ter mudado de opinião, Sr. Presidente.

Reafirmo o que disse anteriormente: o PFL, mais uma vez, contribuiu com os trabalhos desta Comissão, em função de ser o objetivo da Nação brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Agradeço à Deputada Laura Carneiro e faço uma justificativa. Quero deixar registrado que cabe a cada autor retirar os seus destaques.

Em virtude do início da Ordem do Dia...

(Não identificado) - Pela ordem. Somos maioria na Comissão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito.

Em virtude do início da Ordem do Dia e do acordo firmado hoje, vamos suspender os trabalhos.

O Senador Romero Jucá, Relator, vai trabalhar nos destaques. Logo após a Ordem do Dia, vamos concluir a votação, ainda hoje, da matéria, conforme acordo formulado há pouco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, vai surgir a Errata nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Exatamente. Trata-se de um adendo, fruto do entendimento produzido por todos nós.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, queria enunciar o esforço do Senador Romero Jucá no que diz respeito à questão das transferências voluntárias para as entidades privadas que buscou cercear, tomando por base inclusive as nossas propostas que surgiram na reformulação.

Espero que o Senador se mantenha firme nesse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente.

Pelo entendimento produzido, vamos concluir a votação da LDO ainda hoje.

(Não identificado) - Presidente, é recomendável termos a hora estabelecida: logo depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Nobre Deputado, na verdade, não teria como fazê-lo, porque a Ordem do Dia pode demorar ou não.

Então, 15 minutos após o encerramento da Ordem do Dia, estaremos aqui para concluir a votação da LDO.

Muito obrigado.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro reiniciada a 4ª reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 13, 14 e 15 de 2006.

Ordem do Dia.

Pauta nº 13 de 2006.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 02, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Com a palavra a Sra. Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Miranda, por 5 minutos, para discussão da matéria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estávamos até agora no debate sobre algumas questões polêmicas da LDO. Mas era importante que fizéssemos um balanço geral da proposta de lei de diretrizes orçamentárias.

A LDO reflete uma política de governo no que diz respeito a metas de superávit, à concepção que hoje existe de forma articulada na sociedade de redução de despesas de custeio.

Esse debate vai se materializar ano que vem, quando surgirem as propostas efetivas de redução do chamado gasto público, principalmente por meio da reforma do Regime Geral da Previdência.

Considero que, quando se busca reduzir as despesas de custeio, se retiramos as despesas obrigatórias, constitucionais, legais, sobra muito pouco. No fundo, no fundo, vai-se limitar o poder do Congresso a dar aumentos reais ao salário mínimo, acima da proposta que vem na LDO. No fundo, isso é o que vai ocorrer.

Há uma compreensão, mesmo entre os críticos, no sentido de que essas despesas dão sustentação a certa pressão social de mudança dos índices de pobreza no nosso País. Mas isso está mais diretamente ligado ao Relator.

No que diz respeito à limitação dos gastos com custeio, do 0,1%, foram excluídos dessa limitação o Fundo Constitucional do DF, que é transferência direta para gastos com pessoal; os subsídios e subvenções ao setor agrícola; a aquisição e formação de estoques públicos; e as despesas decorrentes de medidas que assegurem o financiamento da produção e a estabilidade dos preços agrícolas.

Eu acho que é uma exceção justificável, que se deve apoiar a agricultura no País. A crise na agricultura é bastante visível. Mas é sintomático que nós apenas excluamos a agricultura. Por que não excluir o Bolsa-Família, por exemplo? Então, farão parte dessa redução do custeio os gastos do programa de transferência de renda com condicionalidade representada pelo Bolsa-Família. No geral, o que me chama a atenção é a questão do limite do custeio.

Não sei se há alguma mudança, mas na parte em que se fala sobre as dotações autorizadas e sobre os valores empenhados, a redação não ficou boa. A qual dos 2 limites vai-se obedecer, ao das dotações autorizadas ou ao dos valores empenhados? Tem de ser 1 dos 2. Se o limite é o dos valores empenhados, como vamos votar o Orçamento sem saber o empenho do ano? Como vamos votar sem saber o quanto foi empenhado, para criar o limite, considerando-se a queda de 0,1%?

Outra questão que já foi debatida exaustivamente é relativa à saúde. Chamo a atenção dos Parlamentares para o fato de que, na questão da saúde, nós já temos posição efetiva do Congresso. Há uma posição política do Congresso. Há 3 Orçamentos. O Relator é obrigado, já no início da votação, a cobrir as despesas de transferência de renda com condicionalidade — o Programa Bolsa-Família. Ele é obrigado a tirar aquilo e substituir por receitas que o Congresso, por erros e omissões, gera. Então, já há um posicionamento político.

Os programas de transferência de renda não podem ser incorporados ao conceito de Ação e Serviço Público de Saúde. O Relator acatou essa emenda, mas a inseriu de tal forma que o Governo terá facilidade para vetar.

No art. 77, também há pronunciamento sobre as cláusulas de exceção. Eu acho que isso só faz diminuir o Parlamento, porque facilita para o Governo não negociar a aprovação do Orçamento. Quanto mais liberais formos na execução orçamentária no ano em que não houver Orçamento aprovado, mais difícil será a aprovação do Orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação à despesa com pessoal, saliento que a limitação exige um processo de negociação sobre o qual estamos tratando, mas há 3 questões que considero fundamentais. Em relação ao problema constitucional, estamos criando um limite para o Poder Executivo. Estamos criando também uma limitação para o Congresso — mais uma vez, estamos nos autolimitando, já que os Parlamentares não poderão alterar o Anexo de Pessoal que vem no Projeto de Lei Orçamentária. Por fim, procura-se criar uma artimanha jurídica, para evitar um problema político concreto, o das reivindicações de servidores públicos. Vão dizer que não negociarão porque não há possibilidade de se ter aumento no Orçamento, mesmo com excesso de arrecadação e condições de aprovar crédito suplementar. Mesmo com todas essas facilidades, coloca-se um limitador de despesa de pessoal. Sabemos que, em relação a essa questão, o que predomina no Poder Executivo é a injustiça. Há categorias essenciais com salários baixíssimos e outras com salários altíssimos. Agora, a limitação não vale só para os salários altos. Mas são estas que têm poder de pressão. E as que têm salários humilhantes dentro do Executivo Federal?

Por fim, nobres Srs. Deputados, gostaria de tratar da emenda da vinculação respaldada com carinho pela Confederação Nacional dos Municípios. Os programas do Orçamento devem estar amparados em leis ou, no mínimo, em algumas condicionantes para a distribuição dos recursos. Os Ministros não podem considerar o Orçamento como propriedade privada, para uso político, a fim de beneficiar amigos e prejudicar adversários. Em função disso, vários Municípios carentes do nosso País não têm acesso às emendas do Orçamento. Isso cria enormes desigualdades na distribuição dos recursos orçamentários. Para conseguirem aprovação de uma emenda ao Orçamento que atenda suas demandas, esses Municípios têm de buscar as asas de algum Parlamentar. Precisamos criar critérios elaborados de forma mais técnica, com a utilização de indicadores socioeconômicos para alocação desses recursos. Trata-se de algo inovador. Já tentamos fazer isso no Orçamento, mas essa certa degradação do processo de elaboração orçamentária que percorre não só o Poder Legislativo, mas também o Poder Executivo, tem criado dificuldades. Trata-se de emenda importante e interessante. Espero poder debatê-la. Não estou criando problemas. Condiciono a aprovação da LDO a algo sobre o que já houve acerto, a questão da saúde, e à fórmula que estamos procurando negociar sobre a questão de pessoal. São esses 2 elementos.

Muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, que disporá de até 5 minutos para discutir a matéria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá apresentará um adendo que, de alguma maneira, atende alguns pleitos do meu partido, o PFL. Deixamos para votação em separado pelos menos 2 destaques: um de autoria do Senador Augusto Botelho e do Deputado Sérgio Miranda, que trata especificamente da inconstitucionalidade do art. 94, e outro que pede a vinculação e impossibilidade de contingenciamento dos recursos para segurança pública.

Sr. Presidente, nesta Casa, acabei aprendendo um pouco sobre a matéria, em função da CPI do Narcotráfico, da CPI do Tráfico de Armas e, especialmente, por causa da Comissão de Segurança Pública. É quase unânime na Nação brasileira o medo e o pavor, Senador Romero Jucá. Alguns Estados, talvez não a cidade de V.Exa., sofrem com verdadeiras quadrilhas organizadas, ou não — alguns dizem que não são organizadas e outros, que fazem parte do crime organizado —, o que efetivamente tem, ao longo da história brasileira, piorado o setor de segurança pública.

Não é possível que apenas os Estados utilizem recursos na área de segurança pública. Já passei pelo Plano Nacional de Segurança Pública dos Governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, e não vi, na base, nenhuma diferença. A desculpa sempre é a impossibilidade de utilização dos recursos orçamentários. O Fundo Nacional de Segurança, neste último Orçamento, teve apenas 2% ou 3% de execução. É um verdadeiro absurdo imaginar que estamos discutindo há 6 anos presídios nacionais, e que o único construído foi no Acre. E mesmo assim por causa, naquela época, de Hildebrando Pascoal.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesta Casa, tudo é discutido momentaneamente. Todos sofrem, mas depois é esquecido. O que presenciamos há um mês, em São Paulo, com o PCC, já foi vivido outras vezes. E todas as vezes criamos uma Comissão para decidir os projetos de segurança pública. Eu já participei de 3 Comissões dessas. Hoje, o *Jornal da Câmara* publicou: *Projetos sobre Segurança serão votados, diz Aldo*. Meu Deus, eu já li isso umas 50 vezes! Vamos votar os projetos e não vamos executá-los, porque não há Orçamento, nem cadeias. Não existe programa nacional de segurança pública que funcione sem Orçamento. Não tenho nada a favor nem contra o Ministro, mas nem que S.Exa. fosse mágico. Com o que se executa do Orçamento na área de segurança pública neste País, é impossível mudar alguma coisa.

No dia dos ataques do PCC, fiquei no plenário, ouvindo os discursos. Era cada um mais bonito que o outro, mas ninguém falou sobre o principal: o Orçamento.

Esta Comissão tem a responsabilidade de alocar recursos para a segurança pública, da mesma maneira como foi feito para a área da saúde, como estamos votando uma PEC para a área da assistência e como o Senador Romero Jucá se preocupou com as questões da violência contra a mulher e da ciência e tecnologia. Somente não fez para regiões como o semi-árido nordestino — tenho certeza de que S.Exa. gostaria de tê-lo feito — porque teria de fazer em tantas outras regiões do Brasil.

Sr. Presidente, tanto a área de segurança pública quanto a de saúde relacionam-se à vida. A sobrevivência das pessoas depende dessas áreas. Não consigo imaginar que nós, da Comissão de Orçamento, que presenciamos em nosso País, que não sei se é igual ou pior que a Colômbia, a situação de insegurança que vive a população brasileira, não possamos avançar, impedindo o contingenciamento das verbas de segurança pública. Só por meio das polícias, do efetivo controle na área de segurança pública, é que poderemos transformar a situação brasileira. Isso não se faz com discurso, mas com Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Novais, por até 5 minutos, para discussão da matéria.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, depois de atendida a reivindicação do PMDB, uma modificação que já consta do adendo que vi na mão do Relator, estou disposto a votar a LDO como se encontra e o adendo já preparado.

Gostaria de dizer ao Deputado Sérgio Miranda que não acredito que o Governo execute algum programa que não seja amparado em lei.

A peça orçamentária do Brasil ainda é feita — usando uma linguagem vulgar — nas coxas. Seguramente, nos anexos da lei não há legislação que ampare aquele programa. Ou melhor, talvez os anexos não possuam todas as leis que amparam aqueles programas. A ponderação do Deputado Sérgio Miranda carece de melhor exame. E peço a S.Exa. que consulte à consultoria de Orçamento se é ou não verdade o que estou afirmando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Pedro Novais.

Com a palavra o Sr. Deputado Zé Gerardo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa)*

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, independente do apurado nas nossas emendas, aprovado integral ou parcialmente ao texto da lei, aprovado ou reprovado parcialmente aos anexos, apresentaremos os destaques encaminhados em defesa das propostas de alteração da LDO. Em especial gostaria de me deter a uma emenda que apresentamos, proposta na esteira dos esforços da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Controladoria-Geral da União e dos demais órgãos de fiscalização e controle. Trata-se de emenda que propõe mais transparência no acompanhamento da execução das empresas estatais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Embora nos últimos anos o País tenha assistido a uma transferência do controle acionário do Estado para diversos setores da iniciativa privada, sobretudo de energia, das telecomunicações, ainda há expressiva participação do Estado, do Governo, por meio do Tesouro Nacional, como controlador majoritário de inúmeras empresas. Refiro-me especialmente a uma delas, à INFRAERO, que tem apresentado grande parque de obras em todo o território nacional, sobretudo nas cidades de médio porte, interiorizando aeroportos e oportunidade de vôos e de transporte aéreo para milhões e milhões de cidadãos brasileiros.

Neste sentido, queremos, previamente, defender essa alteração, já que estamos nos esforçando para assegurar à sociedade brasileira, por intermédio de convênio realizado entre esta Comissão e entidades da sociedade civil, o acompanhamento e acesso, por meio do Siga Brasil, à execução orçamentária.

Creio ser fundamental estendermos a partir da próxima Legislatura, da LDO de 2007, a obrigatoriedade para que as empresas estatais também disponibilizem a execução dos seus programas, dos seus contratos, dos serviços contratados, dos gastos de pessoal, de toda sorte de débitos, de despesas e de contratos realizados.

Temos observado inúmeras denúncias que envolvem empresas públicas, não apenas na atual administração, mas em gestões anteriores. Isso também ocorre em diversas unidades estaduais. Portanto, não cremos que seria profícua a não-acatada dessa emenda, devido ao que ela representa em termos de transparência para o controle da execução orçamentária e do controle dos gastos nas empresas estatais.

Estamos discutindo a quarta proposta de LDO enviada pelo Governo do Presidente Lula. Independentemente disso, o Congresso Nacional aprovou e continuará aprovando planos e políticas setoriais de desenvolvimento, planos e políticas específicas para a área das políticas públicas, sem qualquer vinculação das diretrizes orçamentárias com as metas estipuladas por esses planos aprovados em lei. Refiro-me, especialmente, ao Plano Nacional de Educação, que em 2006 completa 5 anos de sancionado.

O Plano Nacional de Educação foi objeto de avaliação de nossa parte na Comissão de Educação e Cultura, com participação da Consultoria da Casa, mas não atingimos as metas nele previstas.

Certamente, algumas emendas que apresentamos e outras de Deputados e Deputadas estão relacionadas a metas incluídas no Plano Nacional de Educação, a deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos Humanos, na Conferência Nacional de Saúde, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, na Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

Portanto, é importante que ao discutirmos as diretrizes orçamentárias possamos compatibilizá-las não apenas com o equilíbrio macroeconômico, mas sobretudo com as metas estabelecidas em lei. Do contrário teremos de tomar uma decisão: ou continuaremos discutindo e aprovando leis que estabelecem planos nacionais, apenas como um diletantismo parlamentar, ou deveremos buscar anualmente a vinculação das diretrizes orçamentárias a metas estabelecidas nos planos.

Na atual Legislatura, cada um de nós, Deputados, participou de diversas conferências nacionais e os da Legislatura anterior emitiram suas opiniões, declararam seus votos na aprovação, por exemplo, do Plano Nacional de Educação.

O Congresso Nacional aprovou o Estatuto das Cidades e realizou a Conferência Nacional das Cidades. Colhemos propostas para as leis orçamentárias anuais nas áreas de habitação, saneamento, melhoria da infra-estrutura e observamos que muitas vezes a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao ter nesta Casa seu projeto constitutivo discutido, não cria compatibilidade, harmonia, sintonia entre o que se propõe na LDO e o que está aprovado nos planos de políticas setoriais, repito, nas áreas de educação, habitação, saneamento, aquicultura e pesca e de direitos humanos.

Há pouco, a Deputada Laura Carneiro se referiu a questões passadas quando o Congresso Nacional discutiu de afogadilho como aprovar em regime de urgência projetos, por exemplo, relacionados à segurança pública. Independentemente do que aconteceu em São Paulo com o PCC, diversos Estados têm convivido com conflitos em seus presídios, nas cadeias



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

públicas, nas FUNDACs destinadas à ressocialização de crianças e adolescentes em situação de risco. E quando vamos discutir as metas da lei orçamentária temos que ser precedidos da discussão das diretrizes orçamentárias!

Estamos na iminência de concluir 4 projetos de lei, discutidos na atual gestão, e passar para a próxima gestão, sem conseguir essa sintonia, harmonia, convergência. Sei que com ela concorda o Deputado Carlito Merss, até porque, no Estado de Santa Catarina, S.Exa. é o mais bem aquinhoado, do ponto de vista da representação do Governo do Presidente Lula. Talvez uma turbulência tenha prejudicado S.Exa. em 2004 na querida cidade de Joinville, mas isso vai ser sanado, com certeza, no próximo mandato.

Mais uma vez, declaro minha preocupação com a discussão da LDO, permanentemente dissociada das metas dos planos que não são anuais, sobretudo porque são decenais, de longo prazo, que não serão consolidados se não passarmos também a discutir a harmonia das proposições da LDO, não só de acordo com a meta fiscal, com o equilíbrio macroeconômico, com as taxas cambiais, mas sobretudo com as metas aprovadas nos planos setoriais. Cito como exemplo o Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, esqueci-me de dizer, e é importante para constar do relatório, que estou apresentando destaque a uma emenda referente ao problema da instalação das novas varas federais e a possibilidade de que haja adequação desses imóveis nos prédios.

Um Senador pediu-me que fizesse o relato no microfone para constar e posteriormente haver o processo de decisão. É uma emenda de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Sérgio Miranda. O pedido de V.Exa. foi acatado.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Bismarck Maia.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saliento e registro o acordo firmado para votarmos, hoje, a LDO e apelo ao Senador Romero Jucá, Relator que tem tido boa atenção conosco, para que verifique a possibilidade de atender totalmente destaque nosso sobre programa do Governo, do Ministério do Turismo em consonância com o Ministério da Justiça, que vem ao encontro do anseio da população da região de V.Exa., Senador Romero Jucá, e principalmente da Região Nordeste: o Programa de Combate ao Turismo Sexual Infanto-Junvenil. Todos os brasileiros estamos sensibilizados por essa causa. Trata-se de um problema que aflije demais a juventude, principalmente as meninas do Nordeste e do Norte do País. Precisamos fortalecer o orçamento desse programa.

Apresentamos o destaque ainda na primeira etapa e agora o reapresentamos a V.Exa. para que reveja o atendimento parcial desse destaque de fundamental importância para os brasileiros. Esse problema representa uma mancha para a sociedade e a nossa juventude, sobretudo a do Norte e Nordeste do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Bismarck Maia.

Concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer suas considerações às questões levantadas.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de falar objetivamente sobre algumas questões, registro a importância do acordo firmado para votação, hoje, da LDO. Destaco o trabalho de V.Exa., como Presidente, dos Líderes partidários, da Deputada Laura Carneiro, dos Deputados Narcio Rodrigues, Jorge Bittar e Pedro Novais, enfim, de todos os Parlamentares que participaram desse entendimento para que pudéssemos construir uma LDO na direção correta, como deve ser uma lei de diretrizes orçamentárias. Retiramos qualquer tipo de configuração específica de obra, como constavam em outras LDOs, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve definir políticas e diretrizes para confecção do Orçamento e não se arvorar de peça orçamentária e indicar obras específicas em determinadas localidades, por mais prioritárias que sejam.

Depois, conseguimos elencar uma série de providências que farão com que melhoremos o processo orçamentário. Vão desde o corte de gastos até a limitação de Restos a Pagar, para



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que o Governo possa efetivamente executá-los. Ano a ano, o volume de Restos a Pagar vem crescendo, e estamos agora começando a criar uma curva decrescente desse procedimento, para que a execução orçamentária seja efetivamente uma realidade e não uma ficção de empenhos a serem feitos.

No entendimento que estabelecemos, após o relatório, estamos anexando um adendo como forma de simplificar a votação. Darei parecer contrário a todos os destaques apresentados. Registro que o destaque a que o Deputado Sérgio Miranda se referiu agora já está fazendo parte do adendo e será atendido.

Gostaria de dizer ao Deputado Bismarck Maia que já ampliamos o valor destinado ao combate do turismo sexual, quando fizemos relatório. Agora, não há mais recursos para que possamos efetivamente fazer esse atendimento. No adendo, incluímos todos os tópicos discutidos nas reuniões de Líderes, todas as correções efetivadas, inclusive as ultimamente apresentadas pela Deputada Laura Carneiro, em nome do PFL. O adendo será distribuído aos Srs. Parlamentares, mas gostaria de registrar que estamos incluindo o atendimento à Lei Kandir, um pleito de vários partidos e de vários Estados; regulamentando a transferência de recursos para terceiros, para entidades privadas; criando um processo de transparência e fiscalização em cima dessas transferências, para que não pareça dúvida sobre as entidades que podem receber recursos do Orçamento — tivemos esse cuidado; criando movimentos de comunicação de transferências voluntárias, da forma pedida pela Deputada Laura Carneiro, no que diz respeito à autorização do SIAF; revertendo, no relatório, o ponto levantado por Parlamentares de diversos partidos sobre a contabilização dos gastos da saúde. Isso foi apresentado pelo Deputado Sérgio Miranda, pelo PT, pela Deputada Laura Carneiro, enfim, por todos os partidos. Foi quase uma unanimidade. Voltamos ao texto anterior para legitimar o entendimento do Tribunal de Contas da União, de outros setores e desta Casa. Fizemos outras modificações, inclusive, na questão da execução do Orçamento em um doze avos nas despesas correntes de caráter inadiável e retiramos a questão do relevante, dentro do espírito do entendimento construído.

Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do relatório com o adendo que está sendo distribuído aos Parlamentares. Por causa disso, dou parecer contrário a todos os destaques e solicito que sejam votados em globo, já que têm parecer contrário da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Sciarra, para que possa fazer suas observações sobre os destaques que apresentou.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, de todos os destaques que apresentei, gostaria de ressaltar a importância dos de nºs 24, 25, 26 e 27, a fim de que o Sr. Relator os avalie, e para que possamos avançar na discussão da matéria e votar o quanto antes este relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra, para fazer suas considerações a respeito dos destaques apresentados, ao Sr. Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, cada vez mais, venho-me de que tem de haver uma mudança séria na Comissão de Orçamento de natureza constitucional.

Recordo-me, como estudante, no Rio de Janeiro, que o Orçamento era votado na Câmara dos Deputados e depois enviado ao Senado Federal. Os Relatores permaneciam na Relatoria por 3 ou 4 anos. O Relator, sem tempo, escolhido às pressas, rejeitou 2 emendas minhas, uma relativa à BR-020.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Peço a colaboração para que possamos travar um bom debate e ouvir todos os que estão se pronunciando.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Se tivéssemos aqui, como na Constituição de 1946, um Relator por 2 anos, 3 anos, 4 anos seguidos, S.Exa. jamais faria o que fez; visitaria o País. Vejam bem: a BR-020 é a única meta rodoviária de Juscelino Kubitschek não concluída. Faltam cento e tantos quilômetros. Aliás, o Presidente Lula sancionou projeto de lei de minha



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autoria denominando-a Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek. Eminentíssimo Senador, se V.Exa. ler as memórias de Juscelino, verá que ele lamenta que a única meta rodoviária não concluída antes de sua morte tenha sido exatamente a Fortaleza/Brasília, que vai de Brasília a Barreiras, na Bahia, e depois de Picos a Fortaleza, no Ceará. E já temos duzentos e tantos quilômetros construídos naquele espaço vazio. A Bahia, por conta própria já construiu cento e tantos quilômetros. Essa é uma estrada fundamental para ligar, na expressão de Kubitschek, os sertões da Bahia, do Piauí, do Ceará e de Goiás à alma moderna de Brasília.

Eminentíssimo Senador, o outro destaque é sobre o perímetro irrigável do açude Jenipapo, o mais importante do Estado do Piauí. São 280 milhões de metros cúbicos de água represada, que deve ser utilizada também no processo de irrigação para priorizar o Rio Piauí e enriquecer o semi-árido do Estado. Esse açude foi inaugurado há aproximadamente 5 anos, mas água parada não resolve nada. Tem de ser irrigado. Ele está dentro do Rio Piauí e sua irrigação transformará o semi-árido do Estado, sobretudo a região de São João do Piauí, em uma verdadeira Petrolina, pela potencialidade fantástica que tem para a fruticultura e para a produção agrícola de modo geral.

Portanto, apelo a V.Exa. para que registre esses 2 destaques de minha autoria, submetidos à vossa consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra a Sra. Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, apresento um destaque. Trata-se de emenda relacionada ao contingenciamento da função educação.

Quero insistir nessa questão. No momento em que o Brasil vive uma expansão da sua demanda da carência educacional, expansão da educação infantil, do ensino médio, do ensino superior, quero insistir na idéia de que a função educação não pode ter contingenciamento.

Em nosso País, a cada ano, dos 5,7 milhões de alunos que entram no primeiro ano do ensino fundamental só 3,2 milhões terminam a 8ª série. Desses, apenas 600 mil vão para a universidade. Ou seja, de quase 6 milhões de alunos que entram no primeiro ano, 600 mil chegam à universidade.

Um país com esse sistema educacional não está preparado para responder às demandas e aos desafios da sociedade do século XXI.

Portanto, registro destaque que tenta preservar essa possibilidade de não contingenciamento da função educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Estão encerrados a discussão e o prazo de apresentação de destaques.

Declaro prejudicadas, conforme indicação do Relator, as seguintes emendas ao texto que não poderão ser destacadas: Emenda nº 1954.0010, do Deputado Enio Tático; Emenda nº 1580.0002, do Deputado Jamil Murad; Emenda nº 2021.0020, da Senadora Lúcia Vânia; e Emenda nº 1617.0013, da Deputada Socorro Gomes.

O relatório, com as alterações decorrentes da Errata nº 1 e dos Adendos nºs 1 e 2, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação dos destaques.

Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, antes de apreciar os destaques, seria bom fazer uma observação. O destaque pendente é sobre pessoal? Ou o Relator já o incluiu?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Relativo à pessoal de quê?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - O destaque pendente é sobre as mudanças no anexo?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A questão da data? (*Pausa.*) Não. Está pendente. Esse eu não incluí. Minha posição é de mantê-lo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - É esse que está pendente?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estão pendentes esse e o de segurança. São os 2 que vamos votar em separado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Certo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Será votação em globo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Solicito autorização do Plenário para que possamos fazer votação em bloco, ressaltados esses 2 destaques, um do Deputado Sérgio Miranda...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não. Um do Senador Augusto Botelho...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Que é igual.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...de nº 373, e outro de minha autoria, de nº 246.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Tenho um destaque semelhante também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São os 2: da inconstitucionalidade e da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente. Deputado Sérgio Miranda, são esses 2: do Senador Augusto Botelho e da Deputada Laura Carneiro. Perfeito?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Solicito autorização do Plenário para proceder à votação em bloco dos destaques, como acertado no acordo de Líderes, ressaltados esses 2 destaques, conforme voto do Relator.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, como reafirmei, tenho destaques que gostaria fossem apreciados. Não concordo com a votação em bloco. Gostaria de deixar minha posição registrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Sr. Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, gostaria de registrar que, por mais importantes que sejam os méritos específicos, consideramos inadequadas as emendas que tratam, por exemplo, da BR-020, como o eminente Deputado abordou.

A BR-020 é muito importante, mas a função é ela constar na lei orçamentária e não na LDO, que define como o Orçamento será construído.

Tivemos o cuidado de atender o máximo de emendas. Foram mais de 400 emendas. Quanto a obras específicas, infelizmente, estaríamos fugindo da finalidade da peça orçamentária se as atendêssemos. Por isso, o parecer foi contrário a todas essas obras, inclusive o perímetro irrigado de São João do Piauí, a BR-020 e outras emendas apresentadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, dos destaques do PFL que foram discutidos, a maioria foi aceita nesse adendo. Na verdade, eles estariam prejudicados, mas não sei os números.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Já foram aprovados no adendo. Estou pedindo agora...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas os números estão com ela. Eu não sei os números. Em último caso, não há nenhum problema, porque eles já estão no texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Sim, já estão no texto, e não há nenhum problema.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, vou me abster de votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Um momento, Deputado Eduardo Valverde.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito à Assessoria colaboração. Já conseguimos fazer a votação do principal e estamos agora nos destaques. Teremos ainda 2 debates. Peço, então, ao Plenário que concluamos o trabalho com tranquilidade, para sairmos daqui hoje com o nosso papel bem cumprido.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, em face da celeridade da discussão e votação dos destaques, já que votamos a matéria principal, vou me abster, por entender que a questão indígena não foi completamente acolhida no relatório. Ficou à margem.

Então, em face dessa situação fática e para não complicar o transcorrer normal das votações, quero que seja registrada a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, solicito a retirada, por constarem do Adendo 2, dos Destaques n°s 252, 259, 262, 263 e 265.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputada Laura.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho a impressão de que não há uma emenda que foi acordada. Há uma emenda do Senador Augusto Botelho que diz: *“Os serviços de consultoria somente serão contratados para a execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores”*.

Retiramos a expressão que permitia a contratação de consultoria cruzada e que consta de todas as LDOs desde 1999. Isso foi acordado. Pensei que fosse ponto pacífico.

Permitir que o Ministério da Saúde contrate um servidor público do Ministério do Desenvolvimento Social como consultor fere a tradição da Casa. Sempre votamos contra isso. Sempre! Isso é para favorecer práticas que não são corretas. Existe aqui um arrazoado em que demonstro aos colegas que, desde a LDO de 1999, consta a expressão: *“não podem ser desempenhados por servidores ou empregados da Administração Pública federal”*.

Este ano a LDO veio com a seguinte proposta: *“não podem ser desempenhados por servidores ou empregados da Administração Pública federal no âmbito do respectivo órgão ou entidade”*. Então, o que vai ter de consultor cruzado, ferindo o que a Casa aprova há 10 anos... Sinceramente! Há 10 anos aprovamos esse texto. Isso não é mais nem uma janela que se abre.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - É uma avenida. Concordo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Tenho a impressão de que quando apresentamos isso, houve a concordância de todos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado, lembro-me de quando V.Exa. colocou essa questão. Inclusive fiz referência a uma lei aprovada este ano pelo Congresso, autorizando essas questões de contratação para a Escola de Administração Fazendária, para a escola da Polícia Federal e para algumas áreas de educação e capacitação. Foi aprovada uma lei exatamente para possibilitar esse tipo de contratação de consultoria e de treinamento, e ficou de se procurar um texto — eu não o recebi.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - O texto da emenda?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Um texto que ajustasse isso, para não se proibir de vez. Do contrário, corremos o risco de não deixar funcionando essas escolas de capacitação e treinamento que têm trabalhado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Nobre Relator, até agora, o País funcionou sem isso. Até agora, a ESAF funcionou sem isso.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Nós tivemos de aprovar uma lei este ano, Deputado, para poder resolver a questão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Já que se aprovou uma lei, não é preciso mudar a LDO.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se já está na lei... Aí, acrescenta-se: *“salvo legislação específica, fica proibido...”* E acabou.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Nós já acertamos os 2 destaques que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Junta-se isso aqui, e nós temos de encontrar uma redação. Então, tira-se do “blocão”, para se encontrar uma redação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Meus amigos, existem certas questões nesse caso. Isso não é nem um interesse de Estado. Isso aí é uma aberração que nós estamos abrindo. Uma aberração!

O SR. PRESIDENTE (Gilmar Machado) - Deputado Sérgio Miranda, por favor, eu só quero saber se há destaque.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Tem destaque meu.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Sérgio Miranda, na verdade, a LDO tem 2 artigos que versam sobre consultoria. Eu acho que está havendo uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Sérgio Miranda, por favor, o Relator está fazendo esclarecimentos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Veja bem, o artigo de que V.Exa. está falando diz o seguinte: “*Os serviços de consultoria somente serão contratados para a execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Pública federal no âmbito do respectivo órgão ou entidade, publicando-se (...)*”.

Tudo bem. V.Exa. está dando a entender que se poderia contratar servidores públicos de outros órgãos nesse âmbito. Não é isso, porque outro dispositivo veda isso. Vou citar um exemplo: se o IBAMA, ou qualquer Ministério, precisar contratar uma consultoria, que não é de servidor público, para executar determinada atividade, da forma como estava redigido, se no Ministério da Fazenda ou na AGU há algum servidor capacitado a realizá-la, não poderá contratar consultoria, porque, no âmbito do serviço público, há alguém que pode fazer o serviço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse é um caso específico do IBAMA.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - E não poderia. Agora, para deixar V.Exa. confortável, ressalto que o inciso VIII do art. 30 proíbe o pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público da ativa ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Dessa forma, os servidores públicos não poderão prestar consultoria — essa consultoria cruzada de órgão público não acontecerá. O que se está possibilitando é que entidades contratem consultorias privadas, não de servidores públicos, em tese, de algo que poderia haver no serviço público com outro tipo de correlação.

Acredito que essas informações sanam a preocupação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não. Eu não compreendo dessa forma. Até agora, o serviço público funcionou a contento, sem essa inserção. Até agora.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O que, no entanto, tem sido questionado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Esta Comissão começa a alterar coisas já permanentes na cultura do serviço público. Eu não posso contratar servidor para prestar consultoria...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não é servidor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas por que acrescentar “*no âmbito do respectivo órgão ou entidade*”? Por que se introduziu isso? Pode-se contratar no âmbito de outro órgão.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Porque, se houver, no âmbito daquela entidade, alguém com condições de prestar aquele serviço, não se pode contratar consultoria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas tem o outro âmbito também.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Só se vai contratar consultoria se não houver, no âmbito da entidade, profissional que possa fazer. Entendeu? Mas não é no âmbito do Governo. É no âmbito da empresa ou do Ministério, ou no âmbito da unidade orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu gostaria de um esclarecimento sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu quero votar este destaque. Posso perder, mas quero votar. Não se trata de uma questão de Governo ou de não-Governo. Não! Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Já está registrado.

Solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em bloco dos destaques por tipo de voto do Relator, ressalvados os Destaques n^{os} 370, do Deputado Sérgio Miranda; 373, do Senador Augusto Botelho, e 246, da Deputada Laura Carneiro.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, quero fazer um apelo para V.Exa. Durante todo o dia de hoje, tivemos hoje inúmeras oportunidades de reunir esta Comissão, e vários Deputados que estão aqui agora, às 18:37h, estavam presentes desde a primeira convocação, às 10h. O que acontece é que nós também temos, como afirmei na minha primeira intervenção, inúmeros destaques que gostaríamos de ressaltar. Então, fazemos um apelo a V.Exa. para que nos dê mais alguns minutos ou mesmo alguns segundos, para que possamos nominar alguns desses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Então, o Deputado Eduardo Sciarra vai anunciar os dele, enquanto V.Exa. prepara os seus.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, peço votação em separado para os Destaques n^{os} 25 e 26.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente.

Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois é, quem comparece termina se prejudicando.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A verdade é que S.Exa. está aqui desde às 10h da manhã, foi o companheiro de todas as horas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ressalto, Sr. Presidente, que não tem nada a ver com o Sr. Relator, mas com a própria dinâmica da Comissão. Os que são freqüentes terminam tendo de encaminhar as coisas, já que é muito alto o número de emendas apresentadas — em boa parte, acatadas ou parcialmente acatadas, mas algumas que são de texto, não de meta e não implicam mais dispêndio para o Tesouro, não foram acatadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A Presidência está exatamente aguardando para ressaltar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Destaques n^{os} 132, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145 — são todos de texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Submeto à Representação da Câmara dos Deputados a proposta de votação em bloco dos destaques por tipo de voto do Relator.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Aprovada, com a abstenção do Deputado Eduardo Valverde.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Votação dos Destaques n^{os} 25 e 26, do Deputado Eduardo Sciarra.

Com a palavra S.Exa. para defender os seus destaques.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, insisto em destacar, entre tantas outras emendas, esses 2 destaques, que dizem respeito ao Estado do Paraná e que gostaria que o nosso Relator atendessem: os Destaques n^{os} 25 e 26.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Por favor, mencione o objeto de que tratam os destaques.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - O Destaque nº 25 trata da ampliação da infra-estrutura portuária no Porto de Paranaguá; e o de nº 26, da construção do aeroporto regional de Cascavel, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, infelizmente, tenho de dar parecer contrário, exatamente pela filosofia que norteou os atendimentos das emendas. São ambas obras importantes, mas são obras específicas que, em tese, não cabem na LDO. Trabalharemos juntos, porém, para que elas sejam inseridas no Orçamento da União por meio da apresentação de emendas e de discussão em plenário.

O parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, os Destaques nº 25 e nº 26.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara dos Deputados, com o voto contrário do Deputado Eduardo Sciarra, não vai à representação do Senado.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, autor dos Destaques nºs 132, 134, 137, 138, 139, 141, 142 143, 144 e 145, para sua defesa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, ressalto que essas emendas rejeitadas são pertinentes a texto da lei. Não são emendas pertinentes a metas nem à inclusão de novas despesas, diferentemente do que foi previsto.

Em síntese, estamos propondo nessas emendas, que eu não vou citar uma a uma, mecanismos que impliquem mais transparência para o acompanhamento da própria Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, bem como para darmos seqüência ao que já foi acordado por esta Comissão em audiência pública com o Tribunal de Contas da União e em audiência pública com as entidades da sociedade civil que trabalham na área de orçamento, para o acompanhamento da execução orçamentária.

Entendemos o espírito geral do eminente Relator, mas partilhamos a defesa de que essas emendas, por não alterarem diretrizes macroeconômicas da proposta de LDO para 2007 e por não implicarem benefícios para nenhuma categoria do serviço público, devem ser aprovadas. Trata-se de emendas apenas de abertura de mecanismos de maior controle, fiscalização e transparência e vão conferir, na última proposição de lei do Governo do Presidente Lula à LDO, meios para nos defender de escândalos como os que estão acontecendo ou de denúncias envolvendo a liberação de emendas ao Orçamento.

Então, com essas emendas, queremos dar maior transparência à transferência voluntária da União para os Estados e Municípios, o que é importante, sobretudo em pleno processo de investigação da transferência de emendas parlamentares para os Municípios, caso esse conhecido como Operação Sanguessuga da Polícia Federal.

Portanto, não são alteradas metas macroeconômicas, não há inserção de benefícios para nenhuma categoria do serviço público. O que propomos são apenas alterações no texto da lei para a ampliação da transparência e do controle sobre execução do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, tivemos o cuidado de ampliar o nível de transparência e de fiscalização e até de endurecimento da transferência de recursos. As mudanças são necessárias, mas elas não podem ser feitas todas de uma vez, porque, assim, corremos o risco de burocratizar ou criar um nível tal de procedimentos que termina não sendo factível a sua execução.

Entendo a preocupação do Deputado Paulo Rubem Santiago, mas já avançamos bastante — e espero que nas próximas LDOs possamos avançar ainda mais. O parecer, porém, é contrário a todas as emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o parecer do Relator, que é contrário aos destaques do Deputado Paulo Rubem Santiago.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Paulo Rubem Santiago.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a minha abstenção, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - E a abstenção da Deputada Laura Carneiro e também da Deputada Iriny Lopes.

Rejeitados na Câmara, os destaques não vão à representação do Senado.

Destaque nº 246, da Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, volto a insistir: depois de alguns destaques negociados, este foi o único em que não conseguimos acordo, porque até no que diz respeito àquele considerado inconstitucional — o do Senador Augusto Botelho — já estamos avançando. Estamos conseguindo a constitucionalidade daquele dispositivo do art. 94.

No que diz respeito à segurança, porém, efetivamente não há acordo.

Sr. Presidente, é simples: esse destaque proíbe o contingenciamento de recursos da segurança pública. Quem é a favor disso, vota “sim”, quem for contra, vota com o Relator. Eu continuo votando com a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Deputada Laura Carneiro, todos nós somos a favor da segurança e gostaríamos de não contingenciar nada, nem recursos para investimentos, nem recursos de ação social, mas, infelizmente, não é possível fazer isso.

No sentido de colaborar para o não-contingenciamento de recursos relativos à questão da violência, inserimos o não-contingenciamento de verbas destinadas ao combate à violência contra a mulher, o que já é um avanço. É o que poderíamos fazer nesta LDO.

Portanto, mesmo com o coração consternado, o voto é contrário, porque, infelizmente, não podemos concordar com a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o destaque da Deputada Laura Carneiro.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Senador Romero Jucá permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com os votos contrários das Deputadas Laura Carneiro e Iriny Lopes, o destaque está rejeitado.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, a matéria não vai à representação do Senado Federal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, estamos tentando acordo num destaque que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Só uma informação, Senador Augusto Botelho: V.Exas. estão fundindo num texto só os Destaques nºs 370 e 373 ou é só o de nº 370?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, Sr. Presidente, são textos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Então, com a palavra o Senador Augusto Botelho para defesa do Destaque nº 373.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, o Destaque nº 373 é o que nós estamos consertando. O Destaque é o de nº 370, do Deputado Sérgio Miranda. É aquela última matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, para defesa do Destaque nº 370. Enquanto reformulamos o Destaque nº 373, do Senador Augusto Botelho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, esse é um assunto meramente técnico — e tenho aqui um parecer feito pela Consultoria.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A LDO de 1999 continha essa norma no art. 19; e a mesma estava na LDO de 2000, de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Agora, porém, para a de 2007, há uma mudança.

Então, estamos fazendo uma alteração. O argumento usado é o de que, para 2007, o dispositivo sofre alteração que praticamente o torna inócuo. Com efeito, ao exigir que a demonstração da impossibilidade de os serviços de consultoria serem executados por servidores ou empregados se restringe aos servidores do respectivo órgão ou entidade, em verdade, a norma libera a contratação, uma vez que jamais se poderia conceber que houvesse contratação para serviços para os quais o próprio órgão detém servidor qualificado.

O que se pretende é otimizar a mão-de-obra existente no âmbito da Administração, e não se obtém tal finalidade segregando a força de trabalho por órgãos ou entidades. Vale dizer, não parece razoável, por exemplo, que o Ministério da Saúde possa contratar consultoria muitas vezes prestadas por especialistas e doutores integrantes de quadros de outras Pastas do Governo, para avaliar determinada situação. Quer parecer que existem formas outras menos onerosas e mais transparentes de se obter tais serviços.

E vai aí o argumento. É uma questão para que os Srs. Deputados e Senadores julguem: nós vamos alterar uma tradição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Caro Deputado Sérgio Miranda, V.Exa. tem um entendimento, e eu tenho outro. Acho que isso não gera nenhum tipo de dificuldade, pelo contrário, melhora a atuação do setor público e clarifica a sua situação quando da contratação de consultorias, não necessariamente de servidores públicos.

Portanto, continuo com o meu parecer contrário ao destaque e favorável ao texto que está no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Rejeitado, com os votos contrários do Deputado Sérgio Miranda e da Deputada Laura Carneiro e a abstenção da Deputada Iriny Lopes.

Rejeitado, o destaque não vai à representação do Senado Federal.

Destaque nº 373.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Passo a defesa para o Deputado Sérgio Miranda, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares conseguimos chegar a acordo. Há uma proposta circulando, mas ela não chegou a tempo, de modo que vou me posicionar contra a exclusão do artigo.

Parto de 3 princípios, Srs. Parlamentares, e alerto o Relator para o fato de que vamos pedir verificação nesse artigo.

O primeiro princípio é o constitucional, Sr. Relator — e aqui não vale argumentos, aqui é Governo. Pode ser que no plenário cheguemos a acordo, mas agora não temos condições de realizá-lo.

“O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações nos projetos a que se referem este artigo, enquanto não iniciada a votação”. Com isso, estamos limitando a ação do Presidente da República de alterar o anexo dos cargos públicos federais até 31 de agosto. Trata-se de limitação claramente inconstitucional.

Mais grave: estamos limitando a capacidade do Congresso de alterar o anexo, porque ele somente poderá ser alterado se houver projeto de lei anterior, e o projeto de lei que altera pessoal não pode ser de autoria de Parlamentar. Cada um de nós pode alterar anexo.

Então, estamos subtraindo poder do Congresso. Nessa questão, vou até o plenário do Congresso Nacional fazer obstrução e impedir que essa aberração seja aprovada.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Terceiro aspecto: o Executivo quer impedir as reivindicações dos servidores públicos, colocando uma camisa de força. Acredita ele que, com isso, não vai haver mais mobilização de servidor público. Meu Deus! A mobilização de servidor, assim como a possibilidade de o Executivo alterar o anexo, como fez em período recente, na votação da lei orçamentária, incluindo novas categorias, depende de circunstâncias. Acreditar que vamos acabar a mobilização de servidores burocraticamente, apenas dizendo que só haverá alteração se houver projeto de lei até agosto. Isso não existe. E mais ainda: isso afeta. Conversei agora com um servidor da Casa e concluí que os projetos de resolução da Casa não estão incluídos aqui. Estamos castrando o Congresso Nacional. Projeto de resolução de alteração de CNE e outros ficam excluídos. Nós não podemos mais ter acesso a isso. Sinceramente, é uma postura que se usa com o pretexto de planejar o gasto de pessoal em detrimento do Congresso Nacional.

Então, somos a favor do destaque do Senador Botelho e vamos pedir verificação nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Bom, eu quero discordar do Deputado Sérgio Miranda em alguns aspectos. Primeiro, quero dizer que a intenção do Governo não é em nenhum momento criar a desmobilização do servidor público, mas pelo contrário. Aliás, a Oposição reclama do Governo, dizendo que o Governo aumenta despesa com custeio e com contratação de pessoal. Na verdade, hoje o sintoma alegado pela Oposição é exatamente ao contrário do que o Deputado está falando. O Governo tem dado reajustes e este ano dará reajuste até 30 de junho, por força de uma lei eleitoral, que não é uma lei constitucional. A lei eleitoral proíbe o reajuste após 30 de junho.

O que estamos querendo fazer? Queremos criar uma data para que se possa planejar a discussão e o gasto do Orçamento. Essa data na minha proposta é até 31 de agosto, mas estávamos dispostos a fazer exceção até a aprovação do parecer preliminar, portanto ao início da votação desse processo. É inadmissível que depois da aprovação do parecer preliminar, venha-se a aprovar mais despesas, ou por resolução do Senado, ou do Executivo. Isso não é possível na última hora de discussão da confecção do Orçamento. Tem de haver um mínimo de previsibilidade na discussão do Orçamento. O que nós estamos querendo é isso. Ninguém está querendo tirar a atribuição do Senado, pelo contrário, estamos diminuindo a atribuição do Executivo. E o Executivo está concordando com isso em prol desse entendimento. Então, eu quero dizer que entendo a previsibilidade do Orçamento como algo salutar.

E mais, nos termos do art. 59 da Constituição Federal, por esse novo entendimento, Deputado Sérgio Miranda, as resoluções do Congresso estarão preservadas. Na proposta do art. 59, estão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Os técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Por favor, que a discussão ocorra ao microfone, porque a reunião está sendo gravada.

Retorno a palavra ao Senador.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A minha posição é manter, até independente da informação que tenho de que os atos do art. 59 estão mantidos.. Acho que o próprio Congresso tem de se planejar e chegar até o início do parecer preliminar e dizer também a quem vai dar aumento. Não dá para ficar de última hora. Não podemos fazer Orçamento na pressão e no afogadilho. Quando colocamos a previsibilidade da Lei Kandir na LDO foi dentro do mesmo princípio. Foi aumentando despesa, mas colocando a necessidade de contar. Então, o meu parecer é contrário ao destaque, porque entendo que isso é um ganho que vamos ter. E faço um apelo ao Deputado Sérgio Miranda. No § 2º estou substituindo a proposta por esse parágrafo. Leia-se:

“§ 2º Somente poderão ser incluídos no anexo do projeto de lei de que trata esse artigo as autorizações cujos projetos de atos previstos no art. 59 da Constituição, tenham sido apresentadas até



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a aprovação do parecer preliminar de que trata o art. 18 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.”

Eu faria o apelo, já que o Deputado diz que no plenário pode discutir, para que aprovássemos esse texto e levássemos essa discussão para o plenário do Congresso, para tentar chegar a um entendimento e talvez até a um texto alternativo. A discussão não é essa. Agora, acho que é algo que poderíamos tentar construir, como o fizemos em inúmeras outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Faço novamente um apelo ao Deputado Sérgio Miranda, que participou de todas as...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vocês aceitam esse apelo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Os destaques têm o adendo...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vamos à votação. Apelo para que V.Exa. aprove meu destaque. Consultoria, a gente perde, a gente lê os argumentos; até isso? Não é possível, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Sérgio Miranda, vamos votar. Só que fizemos um acordo para concluir hoje.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito. Estamos fazendo um apelo para concluir esse processo; caso contrário, todo nosso esforço de hoje não teria sentido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Estamos concluindo parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Parcialmente, porque ainda temos o plenário para fazer esse trabalho. Essa é a nossa solicitação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O mesmo argumento que serve para dizer que essa matéria ainda será votada no plenário do Congresso Nacional serve para se dizer o contrário: poderíamos retirar o texto, o Senador Romero Jucá tenta descobrir uma fórmula de atender aos Deputados Sérgio Miranda e Pedro Novais, à bancada do PFL, enfim, ao PPS, ao PDT, ao PMDB, pois todos concordaram com o fato de haver inconstitucionalidade nesse dispositivo. V.Exa. o retira e, quando da votação em plenário, se assim o entender, apresenta um adendo, e lá poderemos discuti-lo. Diga-se de passagem que esse tema não fez parte do acordo; eu mesma sabia que perderia a questão da segurança pública — e fui para perder. Cumprimos o acordo feito e agora fazemos essa solicitação por entender que essa é uma questão essencial para esses 3 partidos.

Portanto, também refazemos o apelo, tanto ao Deputado Jorge Bittar, pela representação do PT, como ao nosso nobre Relator, o Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Gostaria de fazer um apelo ao Deputado Sérgio Miranda para não apresentar requerimento de votação nominal em torno dessa questão, pois tenho a seguinte preocupação: na próxima semana, teremos muita dificuldade de obtenção de *quorum* nas 2 Casas. Na terça-feira, teremos o jogo do Brasil e haverá muitas convenções partidárias estaduais. Essa dificuldade será crescente até o dia 15 de julho.

Sr. Presidente, Sr. Relator, proponho que assumamos o compromisso com o Deputado Sérgio Miranda e outros Parlamentares preocupados com essa questão de realizar verdadeiramente um esforço muito grande antes da votação no plenário do Congresso Nacional, a fim de encontrarmos um fórmula adequada às preocupações do Deputado Sérgio Miranda.

Assumo publicamente o compromisso, e gostaria que o Sr. Presidente e o Sr. Relator também o assumissem, de firme esforço nesse sentido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Tanto já existe o esforço, que estamos tentando um outro texto.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Já existe uma primeira proposta. Prosseguiremos nesse esforço para buscar solução adequada a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Sérgio Miranda.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Em benefício do serviço público, rejeitem esse malfadado § 2º. Em benefício das prerrogativas do Congresso Nacional, rejeitem esse malfadado § 2º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Essa é a proposta: vamos rejeitar aquele e acolher este.

Vamos votar o novo texto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, vamos votar a retirada disso. Primeiro, o destaque do Senador Botelho é para retirar o § 2º. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito. Vamos rejeitar e acolher o que foi apresentado pelo Senador.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não, não é assim. Vamos rejeitar, votar o destaque. Pelo amor de Deus! Vamos votar o destaque. Depois, isso vai a plenário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO) - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A proposta é a seguinte: rejeitaremos, acolheremos o destaque do Senador e faremos um entendimento para inclusão deste texto... para ir até o plenário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Não, mas lá no plenário ele não pode se não tiver uma proposta. Nós já estamos aqui fazendo um entendimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Perdão, Sr. Presidente, mas o Relator pode apresentar adendo até o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro que pode, gente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Desde que tenha acordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas isso aqui não será um acordo, meu Deus! Lá no plenário só se for...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Sim, mas é esse acordo que estamos querendo levar, é só isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, Sr. Presidente, desculpe-me, em plenário só vota se tiver acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É óbvio que o Relator fazendo o acordo, havendo tempo para se discutir mais a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Por isso que queremos ter um texto base para poder formular o acordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o texto base, não deu tempo nem de ler o texto base.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Mas não estamos falando aqui, nós vamos construir, mas para levar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim. Vamos mais ou menos nortear. Nós hoje aprovamos o destaque do Senador Augusto Botelho e todos nós nos comprometemos a construir um texto, que pode ser esse ou não. Vamos juntos construir um texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Mas a partir desse texto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, tem que ser a partir de alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois é, então vamos aprovar, porque já fica, já temos alguma coisa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não pode aprovar, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Podemos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não faz isso!

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Colbert com a palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Para um esclarecimento. Existe algum destaque de emenda dessa matéria que V.Exa. está propondo, desse texto? Tem algum destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E como é que vamos votar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Ele está apresentando como substitutivo...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Como adendo? O senhor como Relator apresenta um novo adendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Exatamente, é isso que ele está fazendo, é isso que nós estamos tentando esse entendimento, Deputado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é mais fase de adendo. Adendo já se votou antes dos destaques. Pelo amor de Deus! Esse texto só poderia ser votado agora se fosse acordo total. Não é. Vamos acordar, não é. Nossa única chance de votar esse texto modificado ou como está é no plenário, não tem outra. Regimentalmente não tem outra. Pode perguntar à D. Mirna, quero que ela diga se tem outra chance. Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A chance que temos aqui, esse é o entendimento que a Mesa está tentando solicitar, é exatamente esta. O Relator pode nesta fase em que vai dar o parecer pela aprovação. Na verdade, o que o Senador Augusto Botelho está propondo é suprimir...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Meu Presidente, meu Presidente! Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - ...o art. 2º do art. 94, e o que o Senador Romero Jucá está fazendo, ao acolher... Porque estará tirando, está suprimindo, e ele está substituindo. Isso ele pode, desde que tenhamos esse entendimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem! Não pode. Não pode mais. Se houver uma discordância, e é discordância, como toda a matéria do Deputado Sérgio Miranda, não há como.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Mas o Presidente está tentando...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas, Sr. Presidente, essas possibilidades de apresentar propostas é quando há acordo. E não há acordo. O Senador não pode apresentar agora uma proposta. O que é isso? Já acabou, já votamos, já votamos os destaques, ele vai apresentar agora uma proposta? De onde é que ele tirou essa proposta? Não, não pode isso aí. Não, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Deputado Sérgio Miranda, V.Exa. inclusive me pediu um prazo para passar para outro...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Seria um acordo, mas não existe acordo, Sr. Presidente. Não existe acordo. Aqui é uma parede intransponível, aqui argumentos não se ouvem, aqui é Governo! Tem que votar com o Governo. Até a questão da consultoria não aprova, imaginem só!

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado, V.Exa. está sendo injusto! Porque tivemos um entendimento. Abri uma série de questões que eram importantes para o Governo, fizemos um acordo para votar, essa é uma questão que considero importante. Não é questão de ser Governo ou não. Eu considero importante. Agora, se não há entendimento para agora, não há entendimento para depois também, tudo bem. Não se vota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Porque estamos aqui fazendo um esforço, porque senão só vamos ter votação agora na próxima quarta-feira, e não vamos conseguir. Porque na verdade o seguinte, Deputado Sérgio Miranda, fizemos acordo na Lei Kandir, saúde e outros. Então, é voltar atrás em tudo que acertamos durante todo o dia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas se o Relator quiser, na próxima fase, ele pode voltar atrás em tudo mesmo. Porque lá é outro acordo, lá no plenário é outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Estamos tentando construir. É o apelo que faço aqui mais uma vez. Se não há acordo, vamos colocar em votação e acabou, perfeito?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, já resolveu? Não.

Apesar de discordar e de considerar a posição do Deputado Sérgio Miranda equivocada, porque na verdade a competência de estabelecer despesa de vencimento, de pessoal, é do Poder Executivo e não do Congresso Nacional, mesmo entendendo que ele está equivocado em relação a esse ponto, talvez seja meramente por uma questão de pressão de corporações. Só que estamos em maioria aqui dentro.

Então, a minha proposta, até para poder encerrar essa discussão hoje é de acolher a retirada. Devemos trabalhar para poder construir uma maioria no plenário e votar isso.

Portanto, discordo da decisão, mas acho que, neste momento, não temos condição de fazer esse enfrentamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Em votação o parecer na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - O parecer do Relator é pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Rejeição.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - ...rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Contrário.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Rejeição do artigo. Ele aprova o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Não, está rejeitando o destaque.

Está rejeitado o parecer na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Verificação. Apoiamento...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Tem apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeito. Vamos, então, à votação nominal.

Convido o Deputado Jorge Bittar para fazer a chamada nominal para a votação.

(Processo de votação.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, como é evidente a falta de *quorum* é melhor V.Exa. encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A votação é nominal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei, mas é evidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - E vai ser feita a votação nominal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. faz questão de confirmar que a base é ausente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A base vai chegar um dia, Presidente!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. faz questão de confirmar que a base está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - O Regimento diz que quando houver pedido de verificação, ela tem que ser concedida, mesmo que haja apenas 1 Parlamentar. Portanto, a Presidência vai concedê-la. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que suspenda a sessão por 5 minutos, antes de começar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente. A reunião está suspensa por 5 minutos. Logo depois, começaremos o processo de votação.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. pode reabrir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Vamos reiniciar a reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de iniciar o processo de votação, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, depois de ampla negociação com os Líderes que representam todos os partidos, não só os da base do Governo, mas também os da Oposição, chegamos ao entendimento.

Reafirmo que essa peça é negociada, terminativa. Portanto, em prol do entendimento e da votação pelo Plenário na próxima semana, sem modificações — é o apelo que fazemos —, concordo com a retirada do § 2º, proposto pelo Deputado Sérgio Miranda, referente ao destaque do Senador Augusto Botelho. Com a retirada, espero ter encaminhado definitivamente a votação da LDO na próxima semana.

Pedimos principalmente aos Líderes da Oposição — normalmente surgem algumas questões no Plenário do Congresso quando votamos o Orçamento — que se esforcem para cumprir esse compromisso. Reforçamos o entendimento com todos os Líderes que não estão presentes, para que possamos cumprir nossa tarefa de votar, ainda no mês de junho, a proposta da LDO.

Abrimos mão de posição que entendemos importante para o planejamento, em prol do entendimento do Congresso e da ação Parlamentar.

Portanto, nosso parecer é favorável ao destaque do Senador Augusto Botelho, defendido pelo Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, quero saudar a capacidade do Senador Romero Jucá de fazer a negociação.

Retiro o pedido de verificação, mas tem de haver outra votação.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Haverá outra votação porque mudei meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A Presidência vai iniciar nova votação, já que houve alteração no parecer do Relator.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pelo PFL, ressalto a importância da decisão do Senador Romero Jucá relativa à negociação suprapartidária neste momento. Tanto eu quanto o Deputado Claudio Cajado vamos envidar todos os esforços para que os Líderes Rodrigo Maia e José Agripino, também no Congresso Nacional, possam aderir integralmente ao texto da LDO de 2007, construído a tantas mãos.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, falo em nome do PPS. Fizemos o acordo conjuntamente com o Senador Romero Jucá, os Deputados Sérgio Miranda e Laura Carneiro e o PSDB, que se pronunciará.

O PPS assume o compromisso. Com essa posição, cumprimento o Senador Romero Jucá pela capacidade de negociação. Devemos manter o compromisso, e o PPS mantém o compromisso de votar a LDO na próxima semana. Estamos reiterando os compromissos do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, em nome do PT, enfatizo nosso compromisso com a matéria votada. Houve entendimentos diferenciados sobre a questão. Em momento algum houve intenção do Governo de cercear o legítimo direito à mobilização e à defesa dos interesses das diversas categorias dos servidores públicos. O objetivo desse dispositivo era disciplinar a apresentação de modificações nos planos de carreira e os reajustes salariais dos servidores, tal como ocorre no setor privado, em que existe data-base, período no qual se trata das questões salariais e dos demais benefícios. Não foi esse o entendimento da maioria.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Precisamos da LDO e avançamos bastante nesse aspecto. A negociação permitiu ajustar diversos aspectos da LDO, elaborar um projeto de LDO que, aprovado pelo Parlamento brasileiro, oriente a melhor elaboração do Orçamento para o próximo ano.

Nosso compromisso é esse. Quero enfatizar a necessidade de mantermos o compromisso de, tal como pactuado hoje, aprovar integralmente o projeto no plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, Senador Romero Jucá, o PSDB construiu o acordo durante todo o dia de hoje com V.Exas. Estamos assumindo o compromisso de, primeiro, apoiar a decisão do Senador Romero Jucá de retirar esse artigo. Parabenzamos o Deputado Sérgio Miranda, que nos alertou para isso.

Temos o compromisso de trabalhar com o PSDB para votarmos a semana que vem. O acordo foi construído durante todo o dia. Não estive presente, mas o Deputado Narcio Rodrigues esteve e me relatou tudo, para que eu continuasse hoje. Disse-me que o acordo havia sido construído, atendendo, inclusive, o pedido da Lei Kandir.

Nesse sentido, vamos votar na semana que vem. É necessário que seja revisto pelo Deputado Narcio Rodrigues, coordenador nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, demorou, e foi no apagar das luzes, na prorrogação da reunião da Comissão Mista que conseguimos, com a participação muito serena e objetiva do Relator, Senador Romero Jucá, chegar ao entendimento.

Assim, como o Deputado Jorge Bittar, apresento-me como Deputado do Partido dos Trabalhadores, sobretudo na perspectiva de reconhecer a real relação que nosso Governo construiu ao longo de 2003, 2004, 2005 e em 2006, por meio da negociação com diversas categorias. Nós ouvimos há alguns meses o Ministro Paulo Bernardo expor desde o início das negociações a evolução da participação das carreiras e da recuperação salarial dos servidores no conjunto das despesas do setor público.

Sabemos que foi feito o esforço, que redundou, como agora, em diversas medidas provisórias que estão tramitando nesta Casa. É muito diferente da relação estabelecida em governos anteriores, em que os servidores públicos viram suas instituições serem esvaziadas e completamente abandonadas, inclusive do ponto de vista do preenchimento de cargos, preenchidos por contratos precários. Estamos dando um passo com a negociação.

Mesmo que mantivéssemos o § 2º, com referência à data de 31 de julho, é evidente que isso não evitaria por si só os movimentos dos servidores públicos e que eles reivindicassem ou até mesmo partissem para soluções extremas, especialmente com a decretação de greve em algumas categorias.

Avançamos e temos que continuar aperfeiçoando a relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, agradeço ao Relator a compreensão de nossos reclames e nossas solicitações em relação à Lei Kandir e, agora, o amplo entendimento, para favorecer categorias de servidores que desejam obter melhorias salariais.

Ficou claro que a Comissão votará consensualmente. No plenário, envidaremos esforços para que o texto aprovado seja mantido no Congresso Nacional. Uno-me a essa mesma tese. Agradeço o lado ternura ao Senador, que personifica como ninguém a frase de Che Guevara: *Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás*. O Senador endureceu, mas tornou-se tenro ao mesmo tempo, e conseguimos o entendimento.

Parabéns ao Senador.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A inspiração da esquerda também contaminou a Bahia.

Vamos refazer a votação, visto que o Senador Romero Jucá, Relator, mudou o posicionamento em relação ao Destaque nº 373, do Senador Augusto Botelho.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o parecer favorável à supressão do art. 94, § 2º.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação em bloco o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o voto do Relator contrário aos destaques.

Com isso, não vai para a representação do Senado.

Registro a abstenção dos Deputados Eduardo Valverde e Carlito Merss.

Agradeço a todos os partidos, às Lideranças e ao Senador Romero Jucá o esforço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, e a questão do Deputado Júlio Redecker?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Vamos encerrar a reunião e convocar outra para a próxima quarta-feira.

Precisamos votar matéria fundamental, o Fundebinho, para, até o dia 30, o Governo fazer o convênio com Estados e Municípios. Quero conclamar todos os Líderes a estar presentes.

Está convocada para a próxima quarta-feira, às 14h30, reunião ordinária, com livro aberto a partir das 13h, a fim de dar seqüência à pauta e votar o Fundebinho.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.